O que é família

Danda Prado
COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS 40
EDITORA BRASILIENSE
1985

INTRODUÇÃO 7
Famílias alternativas 14
Algumas perspectivas sobre o futuro da instituição familiar . 25
Expectativa em relação ao futuro da família 28
FUNÇÕES DA FAMÍLIA 35
Reprodução 37
Identificação social 39
Socialização 40
Econômica 44
HISTÓRIA DA FAMÍLIA 51
Teorias sobre a família 52
O matriarcado teria existido antes do patriarcado? 53
Entre o passado próximo e o presente 60
A família tradicional 64
Aparência e realidade 69
A FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA..... 72
Qual a realidade familiar no Brasil? 76
Normas do Direito Civil Brasileiro relativas à família 79
A família indígena brasileira 83
A família negra brasileira 85
CONCLUSÃO 91
INDICAÇÕES PARA LEITURA 93
AUTORES CITADOS 93
OBRAS DE DANDA PRADO SOBRE A Família 93
Biografia 94

Meus agradecimentos

A MARIZA FIGUEIREDO que, em realidade, foi co-autora deste trabalho. A MARIA JOSÉ DE UMA por sua leitura, seus comentários críticos e apoio.

Dedico este livro à minha família "de origem", à minha família "de procriação", a todos os satélites familiares que me rodearam na vida, a todos os amigos e amigas que me ajudaram com suas vivências a refletir sobre os mistérios da família.

INTRODUÇÃO

O que é família?

A história da humanidade, assim como os estudos antropológicos sobre os povos e culturas distantes de nós (no espaço e no tempo), esclarece-nos sobre o que é a família, como existiu e existe. Mostra-nos como foram e são hoje ainda variadas as formas sob as quais as famílias evoluem, se modificam, assim como são diversas as concepções do significado social dos laços estabelecidos entre os indivíduos de uma sociedade dada.

Ninguém tem por hábito perguntar: "Você sabe o que é uma família?" A palavra FAMÍLIA, no sentido popular e nos dicionários, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção.

Paradoxalmente, todos sabem o que é uma família já que todos nós somos parte integrante de alguma família, E uma entidade por assim dizer óbvia para todos. No entanto, para qualquer pessoa é difícil definir esta palavra e mais exatamente o conceito que a engloba, que vai além das definições livrescas.

A maioria das pessoas, por isso, quando aborda questões familiares, refere-se espontaneamente a uma realidade bem próxima, partindo do conhecimento da própria família, realidade que creem semelhante para todos, e daí acabarem generalizando ao falar das famílias em abstrato.

Os tipos de família variam muito, como veremos no decorrer destas reflexões, embora a forma mais conhecida e valorizada de nossos dias seja a família composta de pai, mãe e filhos, chamada família "nuclear", "normal" etc.

Este é o nosso modelo, que desde criança vemos nos livros escolares, nos filmes, na televisão, mesmo que em nossa própria casa vivamos um esquema diverso.

As famílias, apesar de todos os seus momentos de crise e evolução, manifestam até hoje uma grande capacidade de sobrevivência e também, por que não dizê-lo, de adaptação, uma vez que ela subsiste sob múltiplas formas.

Jamais encontramos através da História uma sociedade que tenha vivido à margem de alguma noção de família. Isto é, de alguma forma de relação institucional entre pessoas de mesmo sangue.

Nem mesmo nas sociedades que tentaram novas experiências, como a China com o questionamento da família tradicional, ou Israel com os kibutzim, onde as mulheres saem para trabalhar e as crianças vivem em comunidades. Nem nessas sociedades desapareceu a noção básica de família. Se generalizando desta forma torna-se difícil definir o que entendemos por_ FAMÍLIA, não é difícil indicar o que seria a NAO FAMÍLIA.

Entre o indivíduo e o conjunto da sociedade existem os vários grupos profissionais, de identidade, ideológicos, religiosos, raciais, educacionais etc. Estes não englobam, no entanto, os indivíduos enquanto indivíduos, em toda a sua história de vida pessoal. Não incluem necessariamente, como na família, os recém-nascidos e os anciãos, o deficiente e o "normal". São grupos delimitados e temporários, no tempo e no espaço, com objetivos definidos.

A natureza das relações dentro de uma família vai se modificando, através do tempo. O aspecto mais problemático da evolução da família está sem dúvida alguma ligado ao questionamento da posição das crianças como "propriedade" dos pais e à posição econômica das mulheres dentro da família. Inclui-se aí o questionamento da distribuição dos papéis ditos especificamente masculinos, ou femininos, e esse é um problema chave para o surgimento de uma nova estrutura social.

De fato, não se poderá mudar a instituição familiar sem que toda a sociedade mude também. Podemos afirmar ainda que qualquer modificação na organização familiar implicará também uma modificação dos rígidos papéis de esposa, mãe ou prostituta, os únicos atribuídos às mulheres. Quanto às crianças, há algum tempo já o Estado intervém entre os pais e filhos, sendo que na Suécia desde há pouco os pais são passíveis de denúncia pelos vizinhos, caso punam fisicamente seus filhos.

Através da escola, do controle sobre os meios de comunicação, de médicos e psicólogos, o poder dominante de cada sociedade mais ou menos sutilmente impõe normas educacionais, sendo difícil aos familiares contrariá-las. De uma maneira geral, no entanto, cabe ainda aos pais grande parcela de poder de decisão sobre seus filhos menores. Parcela essa cada vez mais contestada. A esse poder equivalem, por parte dos filhos, direitos legais em relação a seus pais, em particular no sistema capitalista. Direitos à assistência, educação, manutenção e participação em seus bens e proventos.

Ao inverso do que comumente pensamos, segundo o tipo de sociedade e a época vivida ou estudada, varia a composição dessa unidade social, a família, assim como seu modelo ideal.

Cada família varia também a sua composição durante sua trajetória vital, e diversos tipos de família podem coexistir numa mesma época e local. Por exemplo: casais que viveram numa família extensa, com mais de duas gerações dentro de casa, tornam-se nucleares pela morte dos membros mais velhos e, quando os filhos saem de casa, voltam a viver como uma família conjugal (somente um casal). Paralelamente, podem existir famílias naturais em virtude de fatores diversos, isto é, mulheres que não quiseram ou não puderam viver com um homem do qual tiveram um filho. Ainda nesse caso, a história individual pode levar essa mulher a casar-se num outro momento e compor uma família nuclear.

Uma mãe com filhos sem designação de um pai não constitui uma FAMÍLIA, mas sim uma FAMÍLIA NATURAL, ou INCOMPLETA, na classificação de sociólogos e demógrafos.

Há ainda os fatores culturais que determinam o predomínio de um tipo de família nuclear, como é o caso hoje em dia, por ser esse o modelo veiculado por determinada cultura, coexistindo com várias famílias que por fatores socioeconômicos apresentam grande variedade em sua estrutura. Assim, nos Estados Unidos encontramos os membros da seita Mórmon que admitem a poligamia, o que é inadmissível para os outros grupos religiosos do país. Há famílias muçulmanas que desejam emigrar com destino a países onde a poligamia é inaceitável.

Reiteramos: a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da História e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado.

Como exemplo, basta refletirmos sobre a ambiguidade social relativa à mulher que dá à luz. À primeira vista, tratar-se-ia de uma mãe com o respectivo filho. No entanto, para ser considerada socialmente como mãe, não terá sido suficiente o lado biofisiológico do processo de gravidez e parto. E preciso, conforme a cultura à qual pertença, que tal processo tenha se dado segundo os usos e costumes! e, até mais rigidamente, segundo as leis de Direito em vigência numa determinada sociedade e momento.

Disso temos vários exemplos. Até há pouco tempo atrás, no Brasil, uma criança assim nascida, sem o reconhecimento por parte do pai, teria em seus documentos de identidade o carimbo de "filho ilegítimo".

Na França contemporânea, os pais de uma parturiente menor de idade têm mais poder que ela para decidir sobre o destino do filho.

Isso nos demonstra de modo evidente o quanto o fator social é dominante sobre o fator natural

A família, como toda instituição social, apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo.de apoio e solidariedade. Mas apresenta, ao lado destes, aspectos negativos, como a imposição normativa através de leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas. Torna-se, muitas vezes, elemento de coação

social, geradora de conflitos e ambiguidades.

É frequente termos melhores contatos com pessoas de fora do círculo familiar, pois as vemos diariamente, do que com os parentes, aos quais nos limitamos a telefonar ou a visitar de vez em quando, ou formalmente. A relação familiar se mantém, mas seu conteúdo afetivo se empobrece.

Assim, uma divergência em relação à escolha de um cônjuge pode afastar por longos períodos membros muito unidos de um grupo familiar, o que não os impede de estar presentes na memória histórica dos componentes aliados ou opostos a suas atitudes, ou de se encontrarem todos em reuniões comemorativas, eventos familiares etc. Os critérios de "lealdade" para com a família de origem ou a de reprodução muitas vazes são também conflitantes.

Como dizem os termos, família de origem é aquela de nossos pais; família de reprodução é aquela formada por um indivíduo com outro adulto e os filhos dela decorrentes.

Apesar dos conflitos, a família no entanto é "única" em seu papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência.

Talvez porque os laços de sangue (ou de adoção equivalente) criem um sentimento de dever, ninguém pode se sentir feliz se lhe faltar completamente a referência familiar.

Além dos laços de sangue, há os compromissos assumidos, como aqueles existentes entre marido e mulher. E também, porque não abordarmos isso aqui, entre uma criança e um pai "provável". Sabemos que só a mãe pode confirmar a paternidade exata de seu filho. Por parte do homem, limita-se a um "ato de fé" naquela mulher, ou em normas legais que lhe atribuem qualquer criança nascida na vigência de um casamento.

Famílias alternativas

Hoje em dia, há diversas experiências substitutivas da família. Entre outras, as COMUNIDADES, que correspondem a tentativas para resolver os problemas enfrentados pela redução das famílias contemporâneas, por sua mobilidade, por suas dificuldades em geral em se relacionarem com outras de modo estável.

Vale a pena refletirmos sobre essas experiências. Tratam-se de, podemos dizer, fenômenos sociais cuja extrema variedade impede que sejam assimilados às outras formas de família. Pode-se dizer que uma comunidade nasce da união de alguns indivíduos adultos decididos a viver num grupo social autossuficiente.

Entre as inúmeras razões que levam a essa escolha, existe a tentativa de reencontrar um tipo de relações existente ou idealizado através da família extensa, educando coletivamente as crianças e integrando os deficientes de qualquer idade. Ou seja, a recusa do isolamento em que vive a família nuclear. -- Há também uma origem mística ou religiosa, nessas comunidades, em particular naquelas que se formaram em tempos remotos.

No mundo contemporâneo, notam-se certas motivações de caráter político ou ideológico, que se impõem como uma tentativa revolucionária de recusa aos sistemas socioeconômicos e morais em vigência, assim como às formas de produção e ao consumo.

No século passado, no Brasil, tivemos uma comunidade anarquista, chamada Colônia Cecília, romanceada por Afonso Schmidt, composta de imigrantes italianos.

Mais recentemente, temos os casos das comunidades "hippies", sobre as quais os meios de comunicação divulgaram somente aspectos pejorativos. \As comunidades variam muito em sua composição e regras de vida. Em algumas, mantém-se a monogamia como forma de ligação entre os casais/membros. Em outras, há experiências de amor livre ou de "monogamias sucessivas"! entre todos os elementos do grupo, inclusive entre pessoas do mesmo sexo.

As formas de relacionamento sexual diverso da fidelidade tradicional constituem uma aventura difícil, pois as relações afetivas entre os indivíduos se intensificam, e, em nossa cultura, fomos condicionados a um agudo senso de propriedade em relação a nossos parceiros sexuais.

Além disso, os membros de algumas dessas comunidades são obrigados a viver clandestinamente na maioria dos países (disfarçando o fato de não viverem como casais estabelecidos), pois são passíveis de vários delitos segundo o Direito vigente. A repressão se torna particularmente grave com a presença de crianças, que por motivos ideológicos não frequentam o sistema escolar institucional, e quando as infrações aos costumes locais forem muito drásticas. Assim, nos casos de vínculos homossexuais, da prática de amor livre por parte de menores etc.

Em termos econômicos, ora cada indivíduo tem suas próprias fontes de subsistência ora dedicam-se coletivamente a atividades cooperativas, como agricultura, artesanato e outros.

Todas essas formas já existiram em outras sociedades. Entre os gregos, por exemplo, a monogamia só era legalmente exigida por parte das esposas. O marido podia ter uma ou mais concubinas e mesmo manter relações homossexuais.

Hoje ainda, entre os Baruya da Nova Guiné, os casais são monogâmicos em relação à reprodução e a determinados serviços prestados pelas mulheres aos maridos e vice-versa. Assim, cada marido entrega à sua esposa, e a ela somente, algumas partes da caça, enquanto ela cozinha somente para ele. Mas a moradia de ambos os sexos, mesmo após o casamento, é separada. As mulheres moram com filhos (os meninos só até a puberdade), a vida afetiva e sexual entre indivíduos do mesmo sexo sendo tolerada. O relacionamento sexual da mulher com o marido realiza-se cercado de inúmeros rituais e tabus, o que distancia sua ocorrência.

Nas ilhas Marquesas (Oceania), a esposa presta serviços sexuais ao marido e aos outros homens de seu grupo de residência, mas os filhos nascidos pertencem todos ao marido.

Entre os esquimós persiste a monogamia, mas a esposa presta serviços sexuais aos hóspedes do marido. E assim por diante.

A família POLIGÂMICA existe ainda hoje, de forma institucionalizada, em várias culturas. Um homem, nesse caso, vive maritalmente com várias mulheres ao mesmo tempo, que lhe prestam os mais variados serviços, além de dar-lhe filhos. Esse direito a ter várias esposas nunca foi um direito de todos os indivíduos numa sociedade dada. Uma simples razão é que o número de mulheres nunca foi muito maior do que o de homens, exceto em casos de guerra ou emigração maciça.

Nas regiões agrícolas africanas, ao sul do Saara, 1/3 da população masculina teve ou tem mais de uma mulher. Os restantes 2/3 vivem com uma só ou, em alguns casos, nem se casam.

Em geral, a poligamia institucional só é acessível ao homem pertencente ao grupo dominante, aquele que usufrui de prestígio e/ou poder econômico. A primeira esposa quase sempre tem uma posição hierárquica superior à segunda, e, de modo geral, cada esposa e os respectivos filhos moram numa unidade residencial separada.

O trabalho dessas mulheres no campo, que não é remunerado pelo marido, permite a este explorar inúmeros lotes de terra, assim enriquecendo. Com o avanço da industrialização em todas as regiões, é hoje comum encontrar um casal, numa grande cidade africana, que aparenta viver o modelo ocidental de família nuclear; em realidade eles mantêm-se às custas de suas várias outras esposas que ficaram no campo. E isto passa-se sob o abrigo da legislação local.

Além das experiências de vida em comunidades, existem ainda outras formas de famílias que são chamadas, mesmo pelos estudiosos, de "originais" porque não cabem nos conceitos clássicos de família. Essas tentativas têm surgido e se desenvolvido nas sociedades mais adiantadas do mundo moderno, e portanto mais tolerantes, que se enriquecem com essas novas formas.

São indicativas de experiências ou de abordagens científicas do comportamento humano e influem diretamente na evolução e na transformação dos costumes. Seria difícil tentarmos aqui distinguir as principais características que as diferenciam das formas tradicionais. Destacaremos algumas:

a) A família criada em torno a um casamento dito "de participação" - trata-se aí de ultrapassar os papéis sexuais tradicionais. O marido e a mulher participando das mesmas tarefas caseiras e externas, e permitindo às mulheres os mesmos direitos e oportunidades que aos maridos. Esta é uma das reivindicações dos movimentos feministas mundiais. No entanto, realizá-la na prática é ainda muito difícil, pois por um lado a participação do marido nos trabalhos domésticos continua sendo apenas uma ajuda insuficiente, e por outro a mulher não encontra com facilidade uma atividade profissional economicamente rentável.) Seja que ela ganhe em regime de meio período de trabalho, já que o critério geral é que "a mulher deve estar em casa cuidando da vida doméstica", seja que só encontre emprego em áreas ditas "femininas", mal remuneradas. Os postos mais interessantes são dados por definição aos homens, pois na filosofia da nossa sociedade é ele o provedor do lar.

Seria, em realidade, necessário um projeto de revisão de toda a organização social e do sistema patriarcal vigente, para que se generalizasse com sucesso essa "participação" integral de marido e mulher.

b) O casamento dito "experimental" - que consiste na coabitação durante algum tempo, só legalizando essa

situação após o nascimento do primeiro filho. Esse tipo de relacionamento, que não constitui em sua primeira fase uma "família", redundará para o casal e seus filhos mais tarde numa família nuclear.

Encontram-se muitos exemplos desses hábitos no passado. De certa forma, pode-se justificar esse costume para evitar o desperdício de uma cerimônia nupcial, ou um caso de infertilidade no casal.

O casamento diante do "fato concreto" da gravidez é também utilizado pelos jovens quando não têm ainda condições econômicas para sustentar uma família.

Nos Estados Unidos e na Europa tal fórmula, da coabitação durante longo período na fase estudantil, por exemplo, ou até que decidam ter filhos, tem-se generalizado cada vez mais. Os dados estatísticos mostram que, em 1963, 40% das mulheres finlandesas estavam grávidas antes de seu casamento, 90% das norueguesas. Isso em relação às menores de idade. A mesma tendência se encontra entre mulheres jovens da Alemanha Ocidental e da Suécia.

Esses dados e afirmações podem parecer contraditórios, pois que justamente nesses países existe, de poucos anos para cá, o direito ao aborto.

Mas sabemos, por outro lado, que não basta uma lei para modificar comportamentos arraigados há séculos, e assim ultrapassar tabus e preconceitos.

c) Outra forma de família seria aquela baseada na "união livre". Em alguns aspectos, é semelhante à escolha anterior, mas caracteriza-se pela intenção de recusar a formalização religiosa e a legalização civil, mesmo com a presença de filhos. A união livre pode ser um casamento monogâmico cuja interpretação da continuidade diverge da forma tradicional: antes, a união por definição tinha como objetivo ligar duas pessoas "para toda a vida". Só seria questionada em caso de desavenças ou conflitos graves, quando haveria o recurso ao divórcio. Neste novo tipo, a permanência da união estaria vinculada à duração de um afeto e interesse real e vivo, entre o casal. Ambos estariam preparados, ao menos materialmente, para terminar a relação que se tornou insatisfatória no decorrer do tempo.

- Certos tipos de família são vistos como característicos de países não industrializados, reproduzindo-se com grande frequência na América Latina. Mais comum nas camadas de baixa renda, é o casamento "de fato", e não o "de direito", que é a família juridicamente constituída segundo as leis vigentes em cada sociedade. Surge mais como uma "estratégia de sobrevivência" do que como uma inovação contestatária a costumes antigos, como no caso da fórmula acima referida de "união livre". Isto porque, não tendo bens a transmitir aos herdeiros, ou tendo somente a casa onde vivem, não recebendo do Estado uma ajuda substancial, nada justifica o recurso à legalização deste relacionamento.

Nesse nível de subsistência, em realidade ora o homem abandona a mulher, mesmo grávida ou com filhos, ora ela não quer sustentar um homem que não tem perspectivas de trazer-lhe alguma vantagem social ou econômica. Essa união sem compromissos fácilitar-lhe-á uniões sucessivas, sempre em busca de um companheiro que divida com ela as responsabilidades domésticas, segundo o modelo idealizado da burguesia.

Os defensores da união livre creem que este será o modelo do futuro, única forma de salvar o casamento monogâmico, adaptando-o à época atual. A simplificação das medidas para obtenção do divórcio vai ao encontro deste tipo de união livre, a partir da dissolução de um casamento anterior.

d) A família homossexual, quando duas pessoas de mesmo sexo vivem juntas, com crianças adotivas ou resultantes de uniões anteriores. Ou ainda, no caso de duas mulheres, com filhos por inseminação artificial. Isto vem se tornando possível nos países onde tal opção de vida deixou de ser obstáculo legal à convivência com crianças, como nos Estados Unidos.

Uma família é não só um tecido fundamental de relações mas também um conjunto de papéis socialmente definidos. A organização da vida familiar depende do que a sociedade através de seus usos e costumes espera de um pai, de uma mãe, dos filhos, de todos seus membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral é unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado.

É através da família - menor célula organizada | da sociedade - que o Estado pode exercer um controle sobre os indivíduos, impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico. Sem dúvida, nossa instituição familiar é patriarcal, autoritária e monogâmica. Mas cabe a cada um encontrar os subterfúgios, os "modus vivendi", dentro das normas em vigor.

A atuação do Estado se exerce também indiretamente, pois tem o controle de todos os mecanismos sociais existentes.

Assim, durante uma guerra, as mulheres são estimuladas a sair de seus lares e a trabalhar, dada a ausência da mão-de-obra masculina. Uma série de medidas é posta em prática para poder liberar as mulheres casadas de suas responsabilidades tradicionais junto aos filhos e à casa. Surgem creches, os salários melhoram, os empregos "masculinos" tornam-se acessíveis a elas etc. No fim da guerra, modifica-se novamente a ideologia e todas as formas são postas em jogo para motivar o retorno das mulheres ao lar.

Serão assim liberados empregos que garantirão a reinserção social dos maridos, que por sua vez estimulá-las-ão a ter novos filhos, para repor as baixas de guerra etc.

Em certas épocas acentua-se a importância da proximidade permanente da mãe junto aos filhos para garantir o equilíbrio emocional deles. Em outros períodos, valoriza-se a educação coletiva das crianças (Israel). Dentro de um mesmo Estado há também interesses opostos. O setor industrial pode necessitar de mão-de-obra feminina, pois que assim aumentará o padrão de consumo de produtos industrializados, com o acréscimo na renda familiar, enquanto o setor social pode recear o desemprego masculino decorrente desse fluxo de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

A mulher, uma vez inserida num casamento e constituída sua família, torna-se a garantia da existência de uma infraestrutura. É esta infraestrutura que permite não só a reprodução da força de trabalho masculina (função de esposa), mas também a reprodução de futuras mãos-de-obra (função de mãe).

Isto é fundamental numa sociedade onde o sistema social não assume cada indivíduo com suas necessidades coletivas.

A família serve também de válvula de segurança das revoltas e conflitos sociais. Se por um lado o homem, em virtude de seu maior contato com o exterior através de seu trabalho, adquire mais consciência política, a mulher conhece mais de perto as necessidades da casa e dos filhos. Para manter o equilíbrio da célula familiar, ela servirá de contenção às revoltas dele, e com frequência de "bode expiatório" para suas frustrações, angústias e conflitos irresolvidos no mundo exterior ao lar.

Interessa portanto ao Estado canalizar todas as energias individuais ou coletivas para a esfera doméstica, desviando-as da contestação e de reivindicações sociais.

Algumas perspectivas sobre o futuro da instituição familiar

Um dos primeiros objetivos na evolução da instituição familiar seria transformá-la numa célula mais aberta para o exterior e capaz de partilhar com outras famílias uma parte das tarefas domésticas e educativas. Esta, aliás, como vimos acima, é uma das razões pelas quais se organizam as comunidades.

Para atender a esse aspecto positivo, contornando o risco do autofechamento desse grupo, existiria a tentativa de revitalizar certas funções familiares baseadas na solidariedade da vizinhança.)

Através de creches ou do encaminhamento das crianças às escolas, através da compra coletiva de aparelhos eletrodomésticos e de limpeza, uma relativa coletivização seria alcançada, que não implicaria viverem todos sob o mesmo teto, mas mantendo, cada unidade familiar, sua moradia própria. A família hoje em dia está arriscada a se tornar uma engrenagem funcional cada vez mais dependente do Estado.

Hoje, os laços entre os membros da família nuclear se enfraquecem, porque a responsabilidade coletiva da família enquanto núcleo através do qual se realizam projetos em comum diminui cada vez mais. E também porque cada um de seus membros é cada vez mais absorvido por suas atividades próprias e num meio ambiente específico. Por exemplo: o das crianças, dos jovens, dos casais etc. Colônias de férias, saídas coletivas em fins de semana, vão substituindo as reuniões dominicais com os parentes, ou férias familiares.

As decisões relativas ao futuro e às condições de vida das famílias são tomadas num nível tecnocrático apoiado numa rede de informações eletrônicas que aumentam a eficiência dos dispositivos do Estado, para um controle individual e familiar.

Segundo certos autores, "a família contemporânea caminha para o desconhecido e sem rumo. Pode orientar-se em três diferentes direções, e até hoje sem precedente histórico:

1) à ruptura definitiva dos laços que uniam as velhas gerações às mais novas: a indiferença que manifestam os adolescentes pela identidade familiar e pelo que ela possa representar e defender e que se rompe na descontinuidade dos valores entre pais e filhos;

2) à maior instabilidade dos jovens casais que se reflete no aumento vertical da curva de divórcios;

3) à destruição sistemática, através da 'liberação' da mulher, do conceito 'lar/ninho' em torno do qual foi construída a vida da família nuclear."

Paralelamente a esse avanço dos poderes de uma sociedade tecnocrática, que ainda não atingiu o Brasil, mas que para cá se dirige com a necessidade de expansão dos mercados consumidores dessa moderna tecnologia, surge uma nova corrente de pensamento: aquela que pensa que a família poderá se constituir numa tentativa para reinventar espaços de livre escolha.

Reinventar espaços de livre escolha nos quais a célula familiar possa atuar em níveis variados, como desde a simples busca de maior tempo livre e com mais recursos para utilizá-lo até a diminuição do controle social. Ou ainda, a reivindicação de exercer livremente sua sexualidade; a liberdade de educar as crianças como cada um bem entender etc.

Esta grande reivindicação de autonomia e de controle de seu próprio espaço social por parte das famílias pode assumir uma forma, diríamos, "coletivista".

Nesta, dar-se-ia ênfase à organização e a um importante desenvolvimento de serviços coletivos, de redes associativas mas descentralizadas, permitindo assim uma autogestão por parte dos próprios usuários.

Ou também as famílias poderiam assumir uma forma que chamaríamos de "anarquista", com a extensão das formas familiares comunitárias, incluindo às vezes a autoprodução de bens de consumo, mas baseada essencialmente nas relações de tipo informal, com um mínimo de recurso às estruturas administrativas.

Expectativa em relação ao futuro da família

Para os jovens de hoje, segundo pesquisas feitas, vemos que no tocante à família e na maneira como eles gostariam que esta evoluísse, temos as seguintes afirmações:

a) a instituição familiar está ultrapassada, há uma necessidade de modificá-la em seus preceitos codificados pelo legislador (Código Civil). Mas ultrapassada não significa a negação da família e sim a negação da legalização do casamento; a denúncia das dificuldades em obter um divórcio ou separação; dos problemas decorrentes dos regímens de bens; da burocracia legal relativa aos filhos menores etc.;

b) a denúncia da redução dos membros da família, com um poder centrado nos pais. Cada vez mais, cada membro da família deseja sua autonomia e independência, e a noção de comunidade familiar cede lugar a um individualismo absoluto;

c) reivindicam a transformação das relações da educação, sobretudo no plano da autoridade. Começam pelo questionamento da autoridade do pai, que para os jovens é ressentida mais como um autoritarismo e não simplesmente como uma autoridade própria decorrente da relação hierárquica. Alguns já consideram que os pais atuais, graças à influência dos meios de comunicação e da necessidade de manter unido afetivamente o núcleo familiar, procuram evoluir e compreender ou pelo menos aceitar novos comportamentos e valores.

Já para os adultos, os aspectos que deveriam evoluir a respeito da instituição familiar são outros. De um lado, tentar romper a relação dominador/ dominado que rege fundamentalmente, tanto do ponto de vista moral, material como legal, a relação entre um homem e uma mulher que vivem maritalmente juntos.

De outro, criar um intercâmbio de papéis no seio da própria família, intercâmbio esse para o qual a legislação muito poderia contribuir, modificando certas leis que discriminam as mulheres e que datam do Código de Napoleão.

Para alguns, e sobretudo para as feministas, não é a situação atual da família que é inaceitável mas sua própria existência. E o que existe de fundamental neste questionamento, segundo elas, é que a situação das mulheres se deteriora cada dia mais, assim como a do assalariado.

Segundo as feministas, é a decadência do sistema patriarcal e do sistema capitalista que faz aparecer as infraestruturas que impediam a visão e a compreensão de todos esses problemas em profundidade. Até então, ficaram fortemente entrelaçados.

Cada dia torna-se mais difícil para a sociedade e para o Poder estabelecido impor a forma e a legalização das relações sexuais, assim como as regras sociais sobre a procriação, numa época em que o sexo foi transformado em bem de consumo.

Jamais poderá existir uma igualdade concreta entre homens e mulheres, que permita uma transformação total das relações sociais, enquanto seguirmos vivendo numa sociedade patriarcal e portanto discriminativa das mulheres (sexista) e dividida em classes.

Será que a análise das pesquisas de opinião permitiria de forma mais objetiva conjecturar sobre o futuro da instituição familiar?

Pensamos que obviamente não, já que as modificações e a evolução da mesma não são o simples resultado de projetos elaborados conscientemente ou de acordo com planos e escolhas racionais.

O que se poderia tentar buscar através de tais sondagens seriam as diferenças existentes entre os diversos modelos familiares e quais dentre eles estariam evoluindo de forma dominante. Ou ainda: buscar quais as condições atualmente favoráveis ou desfavoráveis em cada extrato social para a evolução ou transformação da família.

As estatísticas têm registrado certos fenômenos, de maneira mais ou menos acentuada, em todos os países. Assim, o divórcio, cada vez mais frequente nos países industrializados e exigido em larga proporção pelas mulheres; o aumento crescente de mulheres que trabalham fora de casa, sobretudo enquanto solteiras ou recém casadas e sem filhos, ou quando estes já são considerados semi-auto-suficientes; as taxas de natalidade que estão em franca diminuição.

Se pusermos lado a lado essas afirmações estatísticas universalmente mais evidentes, as reivindicações dos jovens e das mulheres, assim como as tentativas de formas alternativas elaboradas por homens e mulheres (comunidades, famílias "originais" etc.), veremos que há certa coincidência nas suas formulações.

Seria fácil concluir, após as premissas acima, que caminhamos nessa direção. Ora, deixamos de lado justamente, aquelas correntes de pensamento que detêm um grande poder nas sociedades atuais, as crenças religiosas e suas respectivas igrejas. Um dos campos de atuação fundamental de suas doutrinas é o da normalização das relações entre os sexos, a "moral"

Para essas, as propostas que alinhamos no decorrer deste trabalho, e que tentam manter os laços familiares com seus aspectos positivos, são justamente os aspectos mais condenáveis das experiências modernas. Acusam-nos como sendo os sintomas de "crise" na família, de sua "decadência". Representam as forças tradicionais. Defendem a manutenção de uma estrutura rígida, com papéis definidos para homens e mulheres, ignorando os fatos objetivos, isto é, a grave insatisfação existencial das sociedades contemporâneas. Confundem causas e consequências.

Afinal, esse modelo de família centralizado na autoridade paterna vigorou por tempo suficiente para ser avaliado. Exemplo disso é a fuga dos jovens através do consumo de tóxicos, fato esse presente em todas as famílias, inclusive naquelas que procuram manter-se, contra ventos e marés, numa hierarquia autoritária, em que o poder de escolha, de decisão, de orientação cabe sempre aos mais velhos.

Não se pode negar também as verdades estatisticamente comprovadas, em relação às mulheres. Os índices de suicídio atingem as casadas com muito maior frequência do que as celibatárias, fenômeno constatado desde o século XIX. A necessidade de consumo de tranquilizantes, de antidepressivos e ansiolíticos é também maior entre elas. Isso reflete, sem dúvida, uma passiva revolta contra sua não inserção social adequada. Ora, a família constitui o objetivo prioritário da educação das mulheres, para afirmar-se socialmente.

Por outro lado, ia História recente nos demonstra que um dos pontos de apoio de filosofias e regimes autoritários sempre foi a rigidez dogmática de usos e costumes referentes ao inter-relacionamento entre homens e mulheres.)

Stalin fez retroceder nos anos 30, com o decreto de 1940, o caminho de uma estrutura familiar liberal que germinava nos ideais da revolução soviética. Hitler preconizava a teoria dos três Ks - "Kinder, Küche, Kirche" (crianças, cozinha, Igreja) - como único destino das mulheres patriotas, na Alemanha nazista. O integralismo e o fascismo fundamentam na constituição da família sua força, assim como assistimos às lutas de um islamismo obscurantista, no Irã, que pune hoje com a morte uma infidelidade conjugal, que retirou as mulheres das universidades etc.

As formas alternativas de vida familiar expostas neste texto, que se confundem com novas atitudes em relação à produção e ao consumo, não são talvez mais do que os indícios precursores de uma transformação profunda da vida cotidiana, única estratégia, sem dúvida alguma, para sabotar, a longo prazo, formas arcaicas e perigosas de organização social.

K, K, K...

FUNÇÕES DA FAMÍLIA

As funções de cada família dependem em grande parte da faixa que cada uma delas ocupa na organização social e na economia do país ao qual pertence.

É preciso distinguir as expectativas sociais em relação à família, como também aquelas que ela própria preenche em relação aos elementos mais indefesos da sociedade: crianças e deficientes em todas as idades. Com frequência algumas destas funções são complementares, outras chegam a se contradizer, quando a família não está adequada ao modelo preconizado por aquele grupo social.

Toda e qualquer família exerce sempre inúmeras funções, sendo que para algumas recebem apoio e interferência de instituições sociais, enquanto outras funções elas assumem com exclusividade. Por exemplo: a socialização das crianças é dividida pela família e pelas instituições educacionais.

A saúde dos membros da família é também hoje complementada pelas instituições de saúde pública, alam da atuação da família que é solicitada a cumprir regras de higiene, de cuidados no tratamento etc. Entre as inúmeras funções da família que correspondem a uma expectativa social, temos, por exemplo: a função de identificação social dos indivíduos, as de reprodução, as de produção de bens (alimentação, vestuário, brinquedos, remédios etc.) e de consumo destas. Entre as expectativas das crianças e dos deficientes da família: a proteção de jovens, a educação e socialização da nova geração, os serviços domésticos de toda ordem (higiene, cozinha, costura etc.), o cuidado aos velhos quando deficientes. Entre as expectativas sociais e dos indivíduos: as atividades de lazer (festas, reuniões, comemorações, passeios etc.), civis, religiosas (transmissão e cumprimento de crenças e preceitos), fiscalização de comportamentos de obediência a hierarquias e autoridades etc.

Nas famílias antigas, a maior parte dessas funções era exercida somente pelo grupo familiar, embora contassem com a ajuda de terceiros num regime de troca de serviços entre os membros de uma mesma comunidade.

Durante a Idade Média, por exemplo, crianças eram entregues a outras famílias que não as de origem, onde faziam sua aprendizagem profissional ou mesmo social, como a aquisição de "maneiras", hábitos e costumes necessários a aspirantes a dumas e cavaleiros, nos casos das famílias nobres.

Com a industrialização e a produção de bens um grande escala (roupa feita, produtos alimentares semipreparados, lazer acessível a grandes massas, como o rádio, a televisão etc.), as funções exclusivamente familiares foram se transformando e »e restringindo, e hoje podemos indicar como lindas prioritárias e exclusivas:

Reprodução

A possibilidade de reproduzir-se é uma condição indispensável à mera distinção entre um grupo de Indivíduos e uma "sociedade" propriamente dita. Esta tem que contar com a reposição permanente de seus membros inutilizados ou extintos. A reprodução em si é um fenômeno animal e humano, natural, biofisiológico, presente entre lodos os seres vivos. No entanto, se encontramos casos em que o macho limita-se a esparzir seu sêmen na água (sapos, peixes), que por sua vez é captado pela fêmea sem nenhum contato direto entre eles, assim como casos em que a função do macho inclui, além da fecundação direta da fêmea, a prestação de serviços aos filhotes durante certo período após o nascimento (o cavalo-marinho macho termina a gestação do filhote em seu próprio seio, assim como inúmeros pássaros trazem alimento e transportam sua prole até que possa voar), encontramos um sem-número de outros comportamentos ligados à fecundação e à reprodução.

Só entre os humanos encontramos a constituição de núcleos familiares que em princípio se mantêm através de todo o ciclo de vida de seus componentes. A família "natural", mãe e filhos menores sem nenhuma ligação entre estes e o pai biológico, é o caso da quase totalidade dos animais. No entanto, entre os seres humanos não existe grupo social historicamente conhecido que não tenha o processo da reprodução regulamentado e codificado de forma bastante rigorosa. A identificação de um pai (social) é, regra geral, quase uma condição de sobrevivência e de inserção do recém-nascido em seu meio, no caso das sociedades patriarcais. Exemplo: em certas culturas, a criança sem pai identificado é morta ao nascer.

Foi frequente o fenômeno denunciado por antropólogos do rapto de mulheres jovens. Isso se dava quando indivíduos pertencentes a grupos dizimados decidiam fundar uma nova sociedade e raptavam para esse fim mulheres para perpetuá-los.

O "rapto das Sabinas" é uma ilustração conhecida desse fato, que aliás é ainda muito frequente hoje em dia e causador de guerras tribais entre os indígenas da América do Sul.

As mulheres raptadas assumem claramente a função de simples "reprodutoras", não participando da criação dessa nova sociedade, já que sua própria tradição cultural é desnecessária ao novo grupo.

O fenômeno equivalente e oposto teria sido a constituição da sociedade das Amazonas (Europa Central) no ano 1600 a.C. descrito por Justino, historiador latino. Os homens teriam sido excluídos por sua vez (em reação à sua atitude de dominação das mulheres) de uma efetiva participação na sociedade. As famílias eram constituídas de mulheres que para se reproduzirem mantinham contatos esporádicos com grupos de homens estrangeiros. Elas viviam exclusivamente entre si e com seus filhos.

Identificação social

A importância em nossa cultura de estabelecer "quem é filho de quem" é subestimada ou ignorada pela maioria. No entanto, em todas as camadas da população, esse é um elemento essencial de nossa inserção social. Segundo alguns sociólogos, assa função da família seria a mais importante, já que é ela quem determina o grupo familiar propriamente dito em oposição à família "natural", que simplesmente reproduz indivíduos.

A "filiação" é um quesito indispensável em nossos documentos civis, fonte de deveres, obrigações e privilégios (heranças, cargos e honrarias, responsabilidades em caso de saúde etc.). Na sociedade patriarcal, valoriza-se assim o papel masculino da procriação, reduzindo o papel da reprodução feminina.

Socialização

É através da própria família que a criança se integra no mundo adulto, é nesse meio que aprende a canalizar seus afetos, a avaliar e selecionar suas relações. Ora, toda família visa, primeiramente, reproduzir-se a si própria em todos os sentidos: seus hábitos, costumes e valores que transmitirão por sua vez às novas gerações.

É na família ainda que a criança recebe orientação e estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade adulta, em função de seu sexo, sua raça, suas crenças religiosas, seu status econômico e social. Os jovens aprendem e assumem (questionam eventualmente) as atitudes e papéis do pai e da mãe. Isso torna-se claro quando observamos a educação diferenciada das crianças conforme o sexo.

No seio familiar, marido e mulher exercem funções diversas e complementares. O marido tem o papel de elo de ligação entre a família e o meio social, e de provedor de bens materiais. Exerce uma profissão que é o critério mais importante para determinar o status de sua família na comunidade em geral. Ser o ganha-pão dos seus é idealmente ou em termos de expectativa o papel prioritário do homem adulto em nossa sociedade. Daí decorre que a participação do marido nas tarefas domésticas é mínima, cabendo à esposa e mãe a criação dos filhos e os cuidados do lar. Essa bipolaridade dos papéis em função do sexo será determinante para a formação da personalidade da criança.)

O menino identificar-se-á com o pai. Nossos ditados dizem: "Tal pai, tal filho" - "Filho de peixe, peixinho é!" - "Quem sai aos seus não degenera" etc. - A menina aproximar-se-á da mãe e representará com ela o papel prioritário nos assuntos internos, emocionais e domésticos.

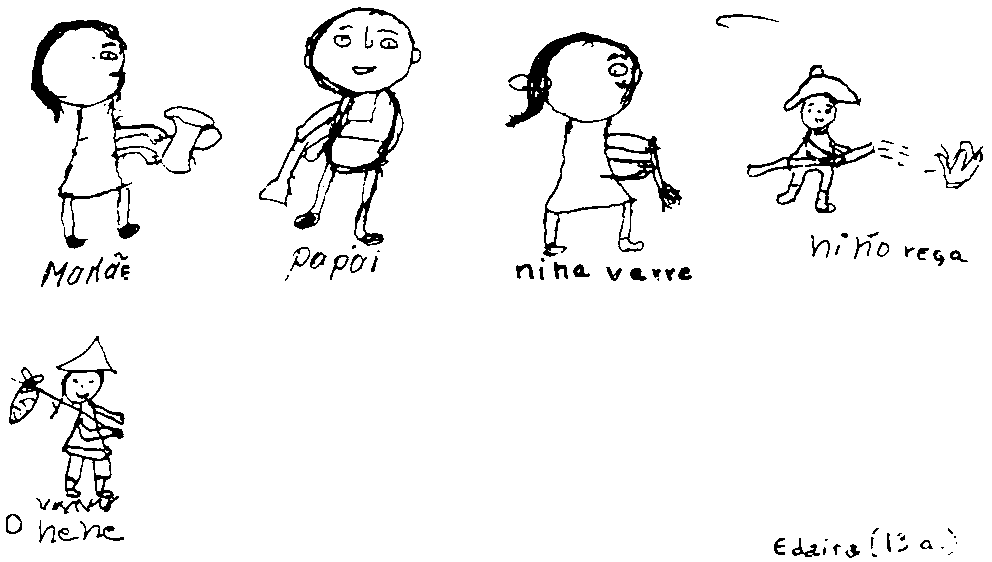
Com frequência cada vez maior, os tipos de família tradicionais entram em contradição com sua função de preparar suas filhas para se inserirem na sociedade adulta. Isso porque, nestas famílias, as mães se apoiam nos maridos para a subsistência do lar, transmitindo esse modelo às filhas. Estas não buscam preparar uma carreira profissional rentável mas, sim, buscam aquelas profissões condizentes com uma posição mais "feminina", como professoras primárias, secretárias etc., que são menos qualificadas e competitivas no mercado de trabalho.

A família socializa a filha para o casamento como meio de inserção social, o que vai se refletir depois na própria família. São bastante comuns as alianças matrimoniais que reforçam interesses e círculos de relações, assim como, ao inverso, famílias se "degradam" pelas novas alianças.

Uma das maneiras mais seguras de perpetuar os privilégios de classe é o casamento homógamo (com seus iguais). Esse tipo de casamento é dominante ainda nas sociedades ocidentais, como podemos comprová-lo por diversas pesquisas feitas, com mais razão ainda nas sociedades orientais, e sobretudo nas tribais.

Quanto aos filhos (de sexo masculino), sua socialização é feita visando dar-lhes uma profissão. O nepotismo familiar é conhecido em áreas políticas e profissionais. Verdadeiras dinastias se criam em certas profissões. De pai para filho, perpetua-se o acesso às universidades e aos diversos cargos.

Numa pesquisa realizada na França constatou-se que, entre os altos funcionários do governo, em 25% dos casos o pai já pertencia a esse meio, proporção que aumentava para 50% na segunda geração e para 70% na terceira.



Desenho de Edaira, 13 anos, México.

Quanto às profissões liberais, constatou-se também na França que, em princípios do século XIX, 55% dos médicos também eram filhos de médicos, e essa situação perdura hoje em dia, ou seja, 160 anos mais tarde.

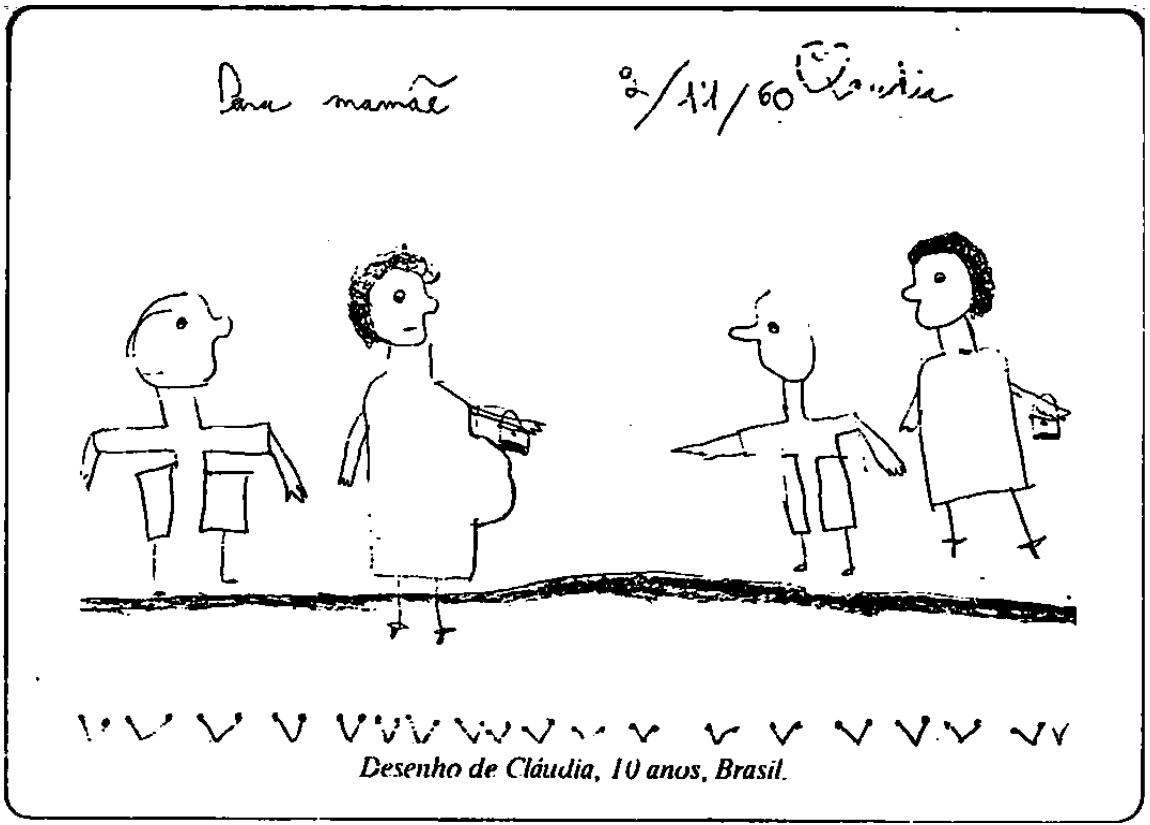
Nos Estados Unidos existem cláusulas especiais que proíbem o recrutamento de membros da própria família dentro de universidades, de certas empresas e de grandes organizações internacionais.

Todo grupo social aciona essas estratégias de socialização a fim de transmitir à geração seguinte os poderes e privilégios, iguais ou superiores aos próprios, herdados ou constituídos.

Nosso intuito aqui é de expor fatos e não de julgá-los. Mas é impossível deixar de observar o quanto a educação diferenciada dos meninos e das meninas, assim como os hábitos de nepotismo e de homogamia social - práticas atuais nas famílias das classes privilegiadas -, dificulta o caminho para uma democracia econômica e social.^ Tais práticas ^acentuam a discriminação entre homens e mulheres e entre os homens da classe que detém o poder e os de outros extratos socioeconômicos.

Econômica

Sendo impossível descrever em detalhe as funções específicas relativas aos meios de subsistência de cada tipo de família, escolhemos uma família da pequena burguesia comerciante, a título exemplificativo.



Desenho de Cláudia, 10 anos, Brasil.

Nossa escolha recaiu neste modelo porque é, sem dúvida, a categoria social que tem sido menos estudada. As famílias de classe média ou alta contam com uma vasta produção bibliográfica, cinematográfica e teatral a seu respeito, tanto a nível de ficção como nas pesquisas sociológicas. Em menor escala, mas ainda de forma significativa, a classe operária é também cada vez mais estudada.

O negócio comercial em pequena escala é ainda, fundamentalmente, propriedade duma só família, nele trabalhando seus próprios membros. Inclui-se nessa categoria a "biboca" da favela, a "venda" que atende aos operários numa nova área de construção, os armazéns dos bairros residenciais, as lojinhas dos modernos conjuntos habitacionais, a quitanda, o botequim etc.

Esse pequeno comércio exerce um importante papel social, por seu contato com toda a população local, quase cotidiano.

Em geral são os próprios membros da família que tratam com os clientes. As pessoas da família exercem cada uma um papel diferente no negócio. O papel principal cabe em geral ao marido. Isso se reflete tanto pelo tempo que dedica às tarefas como pela importância delas. Um papel complementar é exercido pela esposa, e secundariamente pelos filhos.

Numa primeira etapa, os pais trabalham no negócio mais do que consomem. Quando envelhecem, prevê-se que vão consumir mais do que produzirão, já que vão aposentar-se da atividade. Em compensação os filhos recebem durante seus anos de formação, e retribuirão aos pais quando assumirem o negócio por sua vez.

As filhassem geral são destinadas ao casamento, mas ajudam antes disso, e só assumem participação no trabalho assalariado fora de casa quando há insuficiência de filhos homens.

A divisão do trabalho fica evidente: a esposa se especializa na tarefa doméstica e na organização e funcionamento do armazém; o marido e os filhos adultos se dedicam a trazer dinheiro de fontes externas; os filhos menores ajudam; a mãe e as filhas se incorporam à atividade econômica externa somente quando não há lucros suficientes para garantir o funcionamento do negócio. Os pais do casal colaboram em geral com a esposa, no trabalho doméstico e no atendimento do armazém.

A divisão sexual do trabalho na família se define em função de quem são os encarregados de trazer o dinheiro de fora ou de gerar dinheiro pelo trabalho dito doméstico. A última pessoa a trabalhar fora de casa é a esposa, pois seu papel fundamental é garantir a continuidade do armazém. Aí permanece durante toda a história familiar enquanto os outros membros podem participar ou não transitoriamente.

O ponto que marcaria o limite da produção das relações pequeno-burguesas na família, isto é, antes que a família inteira se proletarizasse, seria aquele no qual a esposa começa a trabalhar fora de casa. Isso implicaria, segundo os resultados dessa pesquisa feita, o fracasso do objetivo familiar. Ao contrário, a plena inserção de todos os membros masculinos no negócio, e da mulher na atividade exclusiva de dona-de-casa, representa, subjetivamente, o sucesso do negócio. A mulher, a mãe de família, poderia ocupar-se do bem-estar dos seus, enquanto marido e filhos teriam um trabalho "por conta própria" e economicamente rentável. A família portanto tem entre suas funções a de fixar o status social de seus membros. Trabalhar só como dona-de-casa é identificado como uma forma de ascensão social, já que trabalhar em outra atividade é prova de pobreza e, neste caso, da incapacidade do armazém em gerar recursos satisfatórios. Quanto mais a mulher se afasta fisicamente do âmbito doméstico, menos valorizado ele se sente (o marido), e ela, por extensão (a esposa).

A atividade na loja comercial da qual o casal é proprietário é o mal menor do ponto de vista da esposa, pois a contiguidade física da mesma lhe garante não ter de abandonar seu "papel natural" sexual e específico de dona-de-casa. Com frequência, o pesquisador encontra uma mulher no balcão do armazém ou "venda", mas esta insiste em dizer que aquele dia precisamente foi uma exceção, pois em gerai é o marido quem se ocupa. Ela sente-se no dever de desculpar sua presença numa atividade não doméstica.

No entanto, é preciso não esquecer que a tarefa de cuidar do negócio implica um grande esforço sem nenhum incentivo, pois não há uma "remuneração pessoal" pelo trabalho, como existe em qualquer atividade exercida fora da família.

Essa alienação tem como elemento central a concepção de que a esposa já cumpre seu próprio trabalho, e assim a família não considera que trabalhar seja uma auto realização mas somente um benefício para a própria família.

A frase de uma esposa entrevistada ilustra bem esse fato: "Graças à quitanda estou aqui, porque meu marido ficou doente. Ele tem só um rim mas continua trabalhando fora. Se não fosse o negócio eu também teria ido trabalhar fora e seria obrigada a deixar minha casa e minha família. Se ele tivesse a saúde boa eu poderia ficar só cuidando da casa e da família como toda mulher."

O trabalho no comércio familiar é, para a esposa, uma prolongação do seu tempo de trabalho doméstico não remunerado, expresso na inexistência de um salário ou retribuição monetária direta.

Os pagamentos recebidos são automaticamente transferidos ou cedidos à família no caso do trabalho no negócio familiar. Essa transferência não é mediatizada por um ato de apropriação prévia, o que a transforma num fato invisível.

Diz uma dona-de-casa que trabalha num botequim: "Sempre estive encarregada da venda, mas ela está em nome de meu marido, ele é que é o proprietário. Às vezes 'roubo' um dinheiro do caixa para comprar alguma coisa extra."

Em qualquer grupo socioeconômico, existe a responsabilidade moral da família de inserção profissional das novas gerações. A propriedade de uma pequena ou média empresa é hoje uma exceção, mas a ajuda para obter um emprego assalariado atravessa todas as classes sociais. Desde o operário que recomenda o filho na fábrica, à "Mãe de Santo" que "passa" seu ponto de venda de acarajé para a filha ou afilhada, ao presidente da multinacional que indica o filho recém-diplomado para uma firma similar à sua. Na classe média esta ajuda supera muitas vezes o valor da herança transmissível por morte dos pais. Nos países socialistas, onde foi abolida a propriedade privada de meios de produção, e portanto sua herança, o acesso a empregos por parte dos familiares é uma prática difícil de ser contornada.

Os seguros sociais, de aposentadoria e saúde, não suprem, em lugar algum, as necessidades reais. O recurso à assistência familiar econômica persiste. Em geral, essa responsabilidade recai sobre as mulheres que abrem mão de alguma atividade rentável para substituir, junto ao parente necessitado, os serviços de enfermagem carentes na sociedade.

HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Podemos facilmente encontrar a história da palavra FAMÍLIA. Já não podemos dizer o mesmo da história da instituição familiar.

O termo FAMÍLIA origina-se do latim FAMULUS que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados dependentes inclui-se a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus fâmulos: esposa, filhos, servos livres e escravos.

A respeito da instituição familiar só podemos reiterar que de modo universal há uma afirmação crescente da família nuclear. Mesmo nos países onde até hoje vigora a tradicional família extensa, monogâmica ou poligâmica, o número de famílias nucleares é cada vez maior, notando-se essa transformação principalmente nos grandes centros urbanos em evolução na índia, China e África negra ou do Norte.

Cada uma das atuais formas de família viveu histórias ou conjunturas sociais bem diversas. Muitas emigraram do campo para as cidades, em busca de novas perspectivas de trabalho, de vida, por razões sociais, políticas, deixando atrás de si várias gerações em esquemas familiares bem diversos daquele que tem possibilidades de vivenciar em seu novo meio.

O desenvolvimento industrial contribuiu em grande parte para precipitar esse processo migratório e de atomização das famílias tradicionais. No entanto, ele não pode ser apontado como causa única das mudanças que se operam nessa instituição.

Teorias sobre a família

De uns quarenta anos para cá, o interesse pelo estudo da FAMÍLIA tem crescido em todos os setores do conhecimento. Cada ramo científico aborda-a por um outro ângulo. Assim, os economistas se preocupam, entre outros, com o consumo doméstico, os etnólogos descrevem as estruturas de parentesco, os juristas analisam as leis relativas à família à luz de uma nova realidade social, os sociólogos pesquisam o seu funcionamento contemporâneo, os psicólogos, os efeitos sobre os indivíduos das relações inter e intrafamiliares, os demógrafos interpretam o crescimento ou a queda de natalidade, os antropólogos interessam-se pelos sistemas familiares em diversas culturas e assim por diante.

Esses estudos que decompõem a família em seus diversos aspectos não respondem no entanto a uma curiosidade mais ampla. Permanece a tentativa do século passado de elaborar um estudo que compreenda a família como um todo - tratando-a através de grandes teorias -, como foi feito por alguns autores, sendo o mais conhecido e divulgado Engels, com seu clássico trabalho a respeito.

Para Engels, a instituição do casamento e da família faz parte da sociedade vista como um organismo total.

Ele analisa a instituição familiar nas diferentes regiões do mundo e as mudanças que as afetaram através dos séculos. Interessa-se também pela interação entre a família e as outras instituições sociais e culturais. Assim, o significado da monogamia, as relações entre homens e mulheres, o modo de produção, a propriedade dos meios de produção etc.

O matriarcado teria existido antes do patriarcado?

Antes de mais nada esclareceremos este título.

Denomina-se família matrilinear aquela que identifica o indivíduo através de sua origem materna, \ somente. Existem sistemas patriarcais nos quais o nome dos filhos segue a linha materna (matrilinear), mas o pai é identificado e mantém estreitos laços culturais de todo tipo com os filhos.

Patriarcal é aquela estrutura familiar que não somente identifica o indivíduo pela origem paterna (patrilinear) mas ainda dá ao homem o direito prioritário sobre o filho e um poder sobre a pessoa de sua esposa. Em verdade, malgrado desconhecermos detalhes sobre os sistemas matriarcais existentes em eras remotas, sabemos que os resquícios dessas culturas subsistem ainda em certas sociedades patriarcais (os israelitas atribuem mais valor à linhagem materna, e alguns grupos sociais africanos dão prioridade às mulheres em certas decisões etc.).

Encontram-se na História também indicações de violentos choques entre as duas concepções: patriarcado e matriarcado. (As Amazonas na Europa Central, Wlasta, rainha na Boêmia no século VIII etc.)

As religiões monoteístas (todas elas identificadas com o sistema patriarcal) se impuseram pela força, por sangrenta repressão a costumes tradicionais vigentes, dizimando povos que cultuavam deusas, crenças politeístas, e seguiam costumes matriarcais, tais como a não atribuição da paternidade institucional a cada criança nascida. Não se pode, no entanto, opor um sistema ao outro como simétrico.

No matriarcado havia o culto ao poder reprodutivo feminino, por parte de homens e mulheres, que ai viam um sinal de fertilidade da natureza, o leite de sua subsistência. No patriarcado há uma apropriação do corpo feminino pelo poder masculino. Um homem pode impor à mulher um grande número de gravidezes a fim de gerar mão-de-obra abundante em seu próprio benefício. O inverso não é factível.

Engels descreve essa passagem de um matriarcado para o patriarcado atribuindo-a às novas formas e modos de produção, decorrentes de inovações tecnológicas. Segundo ele, situa-se na pré-história, na fase chamada neolítica, caracterizada pela invenção da agricultura e da criação de animais. Isto é, a humanidade, em vez de apropriar-se das plantas selvagens e da caça de animais, começa a plantar em certas áreas e a criar animais junto a seu local de residência.

Mas a agricultura era limitada a pequenos lotes de terra, que eram monopólio das mulheres. Os homens continuavam nas atividades de caça e pesca como no passado.

A contribuição das mulheres para essas invenções foi imensa, pois recolhiam filhotes recém-nascidos e davam-lhes o próprio seio, assim domesticavam os animais. Em sua tarefa de colheita, observavam como germinavam as sementes e se reproduziam as raízes dos vegetais. Pouco a pouco selecionaram as plantas mais apropriadas ao cultivo.

Ao mesmo tempo, esse cultivo de cereais exigia, para preparo e conservação de alimentos, o uso de recipientes capazes de resistir ao calor do fogo e de guardar líquidos em grandes quantidades.

As mulheres inventam para isso a cerâmica. Nesse mesmo período surge ainda a arte da tecelagem, igualmente exercida pelas mulheres. Todas essas técnicas exigiram um extraordinário acúmulo de experiências, de deduções, de troca de informações. As mulheres dominando o conhecimento dessas novas técnicas tinham também que transmiti-las aos mais jovens. A menina ajuda a mãe a modelar o barro, observa os detalhes, imita-a e recebe dela orientação. Um verdadeiro sistema de aprendizagem preside assim desde os tempos neolíticos a transmissão das artes e ofícios. As mulheres exerciam o controle das principais técnicas de sobrevivência, nos primórdios do neolítico, e por isso detinham um grande poder. Daí o sistema matrilinear da estrutura familiar.

Durante milhares de anos a Deusa Mãe fora o único objeto de veneração. Na passagem ao sistema patriarcal, começaram a surgir representações masculinas em estatuetas e o símbolo masculino: o falo é modelado em barro e gravado na pedra. "Esses símbolos implicam o reconhecimento

M. Figueiredo

Uma família extensa cuja matriarca tem 94 anos de idade, numa comunidade de pesca.

do pape! masculino da procriação, no surgimento de divindades masculinas, e também o enfraquecimento progressivo das bases ideológicas do matriarcado, num período em que o arado conduzido pelo homem substitui a enxada, manejada pela mulher, e destrói os fundamentos econômicos do matriarcado", afirma Engels.

No início da humanidade o comunismo primitivo - sinônimo de ausência da propriedade privada - constituía um estado social no qual inúmeros casais coexistiam com seus filhos no seio de um lar "comunitário". Esse lar, cuja direção era garantida pelas mulheres, constituía também uma atividade pública de produção, socialmente necessária (em conseqüência das atividades exercidas pelas mulheres: tecelagem, cerâmica etc.), assim como o abastecimento de víveres buscados pelos homens com a caça e a pesca.

Foi com a família patriarcal (ou individual, composta em torno de um só indivíduo), contemporânea do desenvolvimento da propriedade privada, que a chefia do lar perdeu seu caráter público e se transformou em prestação, pela mulher, de serviços privados para um homem. "A mulher tornou-se sua primeira servente, afastada da participação da produção social", segundo Engels.

Logo, a família individual moderna se fundamenta na escravidão doméstica confessa ou dissimulada da mulher... O homem de nossos dias deve, na grande maioria dos casos, ganhar o suficiente para alimentar sua família, pelo menos nas classes de maior poder aquisitivo. Isto lhe dá uma posição de supremacia moral e econômica em relação à esposa.

O rígido evolucionismo de Engels está ultrapassado, mas sem dúvida ainda hoje persiste a interdependência de certas legislações familiares com o modo de transmissão da propriedade privada aos seus descendentes. No Brasil observa-se que, ainda em data recente, filhos ilegítimos eram excluídos da herança de seus pais, assim como um dos argumentos para recusar uma lei de divórcio era a proteção aos "bens de família" que não deviam ser divididos.

Grande parte dessas teorias de Engels tiveram que ser deixadas de lado diante de estudos mais recentes. Entre outras de suas afirmações, suas idéias sobre a "promiscuidade primitiva", que assim se refere a uma época em que o pai não era identificado institucionalmente. Hoje verifica-se que essa é uma opção alternativa de vida, sem caráter negativo em si. Também faz a associação da "propriedade privada" com a "opressão das mulheres", o que não corresponde à realidade. Constatou-se que em grupos onde reinava o sistema do "comunismo primitivo" em relação a bens e valores já se encontrava uma divisão de tarefas entre os sexos, privilegiando os homens em detrimento das mulheres.

Essa visão histórica/evolucionista marcou profundamente a reflexão mundial sobre a família, em particular quando se refere às mulheres e às crianças.

Fala-se na atual "liberdade" das mulheres, quando esta já viveu em outros tempos com maior autonomia.

As crianças também passaram por épocas em que eram propriedade exclusiva de seu pai. Este podia vendê-las, escravizá-las, tendo direito de vida e morte sobre elas. Em épocas anteriores, tinham no entanto as crianças usufruído de status mais liberais. Lembremo-nos da Bíblia, onde Abraão, obedecendo às ordens de Deus, oferece-lhe o sacrifício de seu filho Isaac.

Entre o passado próximo e o presente

Quantas vezes não ouvimos referências à "crise" por que estaria passando a família em nossos dias? No entanto, se olharmos a evolução histórica dessa instituição, constataremos que grande número de comportamentos vistos como exceções se tornaram regras, e vice-versa: regras rigorosas passaram a ser vistas como exceções.

Não há transformação numa só direção. Conforme os interesses socioeconômicos de uma sociedade, conforme o destaque que uma sociedade dá a certos valores, as estruturas familiares vão se modificando. Fala-se muito em "crise" da família, mas esquecemos que toda e qualquer mudança ou estado de evolução permanente de qualquer fenômeno social implica transformação constante. Isso leva a diminuir o significado do passado, e passamos então a tudo observar, analisar e julgar exclusivamente sob a visão e compreensão atual ou contemporânea.

Outra deformação frequente consiste na atitude oposta, ou seja, numa fuga para o passado que nos aparece como fixo e evidente, pois certos acontecimentos e situações já foram resolvidas, bem ou mal. Quanto ao presente, este nos parece incompreensível, e nos inquieta. Já o passado, estável, parece como de compreensão evidente.

Com frequência efe até nos seduz por sua simplicidade, despertando saudosismos com desejos ou esperanças de volta atrás. No entanto, na maioria das vezes, esse passado não foi aquele vivido em nossas próprias famílias, e sim aquele que idealizamos através da literatura, das lendas, da História e das lembranças alheias.

Essa "crise" seria o resultado apenas das transformações industriais? Sem dúvida alguma há certa convergência entre as formas familiares e as diversas zonas geográficas e culturais.

Isto evidencia-se com clareza no caso dos novos países, que se constituem tornando-se independentes de suas antigas metrópoles, como na Ásia e na África. Anteriormente dominados por colonizadores que haviam imposto seu próprio sistema familiar, independente dos costumes aí encontrados, revoltam-se agora e tentam reviver, num nacionalismo alienado da nova realidade mundial, formas antigas de família. Assim por exemplo na Argélia. Quando conquistaram aos franceses sua independência (1962) quiseram retornar a antigas tradições em relação às mulheres, que há muito haviam adotado os costumes ocidentais de seus colonizadores. Isto gerou inúmeros conflitos familiares, o número de suicídios e de fugas entre as jovens tendo aumentado de forma alarmante.

A pressão das religiões foi em geral a estratégia utilizada para impor uma nova e "verdadeira moral familiar", de que ela seria a portadora. Assim, os missionários católicos impuseram, drasticamente muitas vezes, o fim da poligamia, do infanticídio, a exigência da virgindade, o uso de roupas a fim de esconder as partes sexuais do corpo etc.

Estas são somente algumas dentre as inúmeras ilustrações possíveis da multiplicidade de influências recíprocas e complexas que há no tocante à família. Estas por sua vez se exercem em sentido contrário, ou seja, sobre as outras instituições e sobre a sociedade em geral.

Assim, a chamada "crise" da família está sempre inscrita num contexto amplo de transformações sociais.

Poderíamos distinguir de modo geral duas formas de crises familiares resultantes de duas etapas diversas da evolução social na história recente:

- a primeira estaria ligada à revolução industrial que transformou profundamente, há dois séculos atrás, alguns países, e afeta ainda hoje outros países que estão em vias de realizar a mesma revolução;

- a segunda concerne aos países que atingiram atualmente um alto estágio de desenvolvimento técnico e econômico.

O Brasil, por exemplo, seria um país entre estas duas situações extremas (conforme a região analisada).

A revolução industrial gerou uma série de mudanças, em particular de ordem técnica e econômica, que transformou profundamente a vida social.

Já foi afirmado, e sem exagero, que o grande impulso científico que marcou o fim do século XVIII e o conjunto do século XIX na história da Humanidade foi sem precedentes.

Não foram tão-somente as condições materiais da existência que se transformaram mas, por extensão, o conjunto de conceitos filosóficos, ideológicos, étnicos e políticos.

A revolução foi de tal importância que os valores culturais mais enraizados, aqueles que durante séculos cimentaram o comportamento dos indivíduos, foram profundamente abalados e questionados diante da pressão do que se pode chamar "o mundo moderno".

A família tradicional

A família, a instituição mais "sólida" desde os princípios da era cristã, reforçada em sua antiga forma patriarcal pelas religiões ocidentais, conheceu desde então grandes transformações que até hoje não conquistaram unanimidade similar a daquele tipo de sociedade repressiva e autoritária de então (séculos XVIII-XIX).

Hoje essas mudanças atingem os países em vias de desenvolvimento e mesmo as populações que viviam totalmente à margem da "civilização" branca e ocidental.

É preciso não esquecermos que as revoluções técnicas da produção não se deram de uma hora para outra, nem simultaneamente. Numa grande família, um filho podia emigrar para a cidade com sua mulher, enquanto seus parentes mantinham as rígidas tradições patriarcais em suas terras de origem.

A maioria das sociedades pré-industriais baseiam-se numa economia essencialmente agrícola e comerciai. Sua população, caracterizada por alto índice de natalidade e de mortalidade, varia pouco. Assim como suas estruturas sociais se mantêm estáveis e pouco complexas.

O tipo familiar dominante encontrado nessas sociedades foi chamado tradicional, extenso, patriarcal e doméstico, entre outras denominações menos difundidas.

Nas classes sociais abastadas encontrava-se este grupo vivendo numa só grande residência, numa propriedade extensa. Nas outras classes, os membros de um mesmo grupo familiar ocupavam, na maioria das vezes, casas contíguas, reunindo-se com frequência e participando de atividades em comum.

Esse tipo de família era capaz de assumir, tanto em relação aos seus próprios membros como em relação à sociedade, uma grande diversidade de funções.

- Seu papel também era preponderante do ponto de vista da reprodução e da educação, assim como da religião e da política.

- Quanto ao fator econômico, ocupava um lugar determinante pelo fato de transmitir no interior do próprio grupo uma verdadeira divisão de trabalho que beneficiava o patrimônio comum.

- Essa estrutura extensa era aliás condição sine qua non para a criação e transmissão de bens, títulos e direitos, o que permitia manter e reforçar os laços internos.

O papel protetor do grupo em relação aos seus membros é salientado com frequência, sendo de relevante importância nos casos de velhice, caso em que redunda na manutenção dos laços com o passado, perpetuando tradições indispensáveis à memória histórica do grupo.

As uniões matrimoniais eram decididas pelas respectivas famílias, segundo suas conveniências. Numa sociedade muito estruturada e limitada a um número restrito de camadas sociais, a propriedade privada e a posição nos grupos familiares dependiam em grande medida dos laços matrimoniais contratados.

Muitas vezes os cônjuges vinham a se conhecer somente no dia do casamento. A paixão amorosa arriscaria ligações pouco desejadas pelo grupo familiar, pondo em risco o princípio da fidelidade, e os interesses pessoais poderiam ultrapassar os interesses do grupo.

A castidade da esposa era escrupulosamente protegida a fim de garantir herdeiros legítimos ao marido. Além da virgindade da esposa, tinha-se que levar em conta sua condição familiar, a educação recebida que deveria prepará-la adequadamente para seus papéis de esposa e mãe.

A hierarquia familiar era extremamente rígida, apoiava-se nas diferenças mais elementares: biológicas, de sexo, de idade e geração.

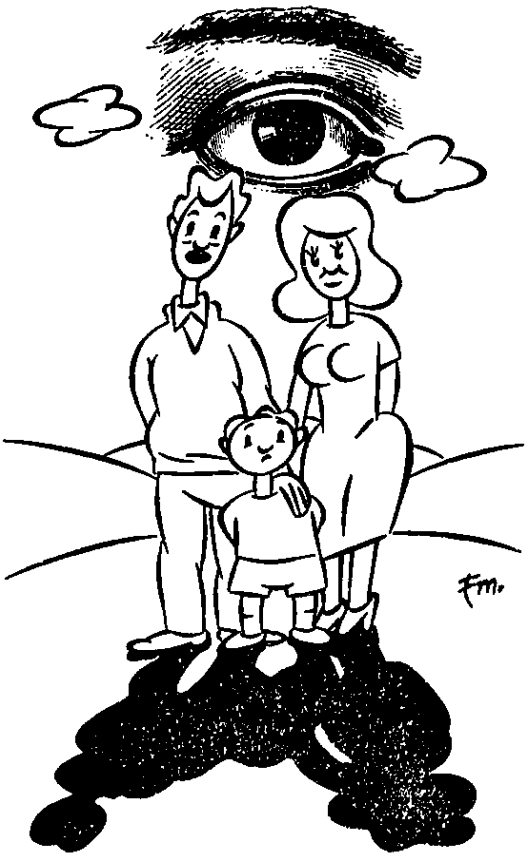
As mulheres subordinavam-se aos homens, assim como os jovens, aos mais idosos; o homem mais velho era portanto o personagem que detinha as mais altas dignidades (status) e a maior autoridade sobre o resto da família da qual ele era o patriarca.

Essa família-padrão tinha um papel socioeconómico essencial na sociedade pré-industrial. O prestígio social dos indivíduos decorria ao mesmo tempo de sua origem na sociedade e de sua posição no interior da família. Suas perspectivas de ação e promoção dependiam fundamentalmente de seu nascimento, sua origem.

Em algumas sociedades menos complexas, com menor número de formas institucionais, a família era às vezes a única ou a principal organização intermediária entre o indivíduo e a instituição política mais alta. A tradição e os costumes impunham ao indivíduo dedicação à sua família e ao clã.

O grupo familiar de tipo patriarcal retinha o indivíduo ao longo de toda sua vida e intervinha na quase totalidade de suas atividades educativas, profissionais etc.

Numa sociedade pré-industrial, é inconcebível dissociar família e religião. Tanto no plano social como no individual, tudo o que toca à vida orgânica da família conta com o apoio e é controlado pela religião. Em troca, a instituição religiosa é sustentada pela família que lhe fornece apoio insubstituível, colaborando de forma primordial à transmissão das crenças, ao cumprimento das práticas religiosas, à aceitação das punições impostas.



A família sob o controle da religião.

Desta forma, a Igreja, que é tanto ou mais tradicionalista que a família, sacraliza as principais manifestações da vida familiar, como o nascimento, o casamento, a morte etc., e condena (punindo conforme o caso) a interrupção da gravidez, o divórcio, o exercício da sexualidade livre etc. Toda infração às normas é sancionada; Os deuses com frequência apresentam um modelo eterno e supremo de família extensa e patriarcal.

Aparência e realidade

Descrevemos acima as características gerais da família tradicional e patriarcal. Vários autores porém têm dúvidas sobre a exatidão de tal apresentação esquematizante. Podemos encontrar na literatura de épocas passadas personagens e situações que divergem desse esquema apresentado. E também filósofos e pensadores que denunciaram conflitos na vida familiar de antanho.

Será que de fato tudo se passava assim da forma descrita nas famílias tradicionais antigas? Não estaríamos diante de uma série de deformações originadas de uma informação fragmentada a respeito de épocas mais ou menos remotas?

É preciso também notar que |essas descrições se referem a certas camadas sociais privilegiadas economicamente.

Tendo sido pouco registrada a vida das camadas populares, isso induz um historiador e seus leitores a erros muito freqüentes de interpretação da História. Assim, a informação sociológica tida como segura e universal pode referir-se somente a algumas pessoas, famílias ou setores privilegiados e não às classes sociais mais amplas.

Análises desse tipo induzem a erros mesmo se coincidem com o modelo cultural adotado pela classe dominante.

Já afirmamos anteriormente que nas sociedades antigas, baseadas num sistema patriarcal, algumas famílias, aquelas que detinham o poder econômico, podiam corresponder ao modelo ideal de família, modelo esse propagado pelo grupo economicamente dominante. As outras organizavam-se em células conjugais e/ou nucleares.

Para uma família patriarcal extensa subsistir era necessário que possuísse um patrimônio e este não era o caso da grande maioria da população, em sociedades onde as desigualdades sociais eram flagrantes, e onde ainda a maioria de pessoas só podia contar com sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência.

Seria ainda preciso desmistificar a idéia de que as formas familiares do passado teriam sido estáticas. Ao contrário elas evoluíram juntamente com os movimentos sociais. Seria preciso, para traçar as mudanças históricas da família, conhecer a história de cada modelo familiar. Assim, por exemplo, tomar uma sociedade no século X, verificar qual o modelo familiar preconizado pelo grupo social dominante naquela época e acompanhar através dos séculos seguintes quais as mudanças constatadas naquele modelo particular. Resumindo, diríamos que não se pode falar em HISTORIA da FAMÍLIA, mas sim em HISTORIA de cada grupo familiar.

A FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Como já dissemos, talvez pela primeira vez na História mundial, o mesmo conjunto de influências - as forças sociais da industrialização e da urbanização - esteja afetando todas as sociedades conhecidas.)

Essa transformação se dá em ritmos diversos, com avanços e recuos, mas sempre num só sentido, ou seja, a caminho da generalização do tipo de família nuclear.

Igual fenômeno também pode ser observado no Brasil. Há uma certa nostalgia de imagens clássicas da família burguesa, a qual em realidade foi numericamente pouco expressiva. Tais imagens refletem mais um modelo idealizado e trazido pelos imigrantes dos diversos países europeus num passado mais ou menos recente, do que um modelo surgido aqui mesmo em nosso país.

Com os portugueses, vieram para o Brasil suas normas jurídicas, costumes e tradições relativos à sua vida familiar. Doutra parte, as populações indígenas mantiveram suas próprias tradições, que os missionários da época tentavam converter para hábitos cristãos. Por outro lado, havia a população africana importada como escrava. Esta foi brutalmente impedida de manter suas próprias tradições, e em relação às famílias naturais (mães e filhos) as decisões variavam conforme o proprietário da mãe/escrava. As normas gerais em vigor modificaram-se através dos tempos. A Lei do Ventre Livre foi o primeiro passo no sentido do reconhecimento do direito da mãe negra ao seu filho, que não mais poderia ser negociado.

Referimo-nos portanto aqui ao grupo da população brasileira mais amplo, resultante dessa miscigenação entre imigrantes europeus brancos (portugueses a princípio, holandeses no nordeste, a partir do século XIX os italianos, alemães, orientais, do Médio Oriente etc.), indígenas "civilizados", isto é, aqueles que se incorporam às zonas urbanas, e negros libertos.

Sem dúvida, (formaram-se alguns núcleos que reforçam ainda hoje suas tradições de origem' (japoneses, sírio-libaneses, por exemplo) mas devem submeter-se à nossa Constituição e ao nosso Direito em todas as suas jurisdições.)

Apesar de toda essa variedade de origens, pode-se afirmar que existe um consenso em torno a certos modelos familiares.

Assim, descrevem-se "aqueles tempos" em que existiria um patriarca, o chefe da família em todos os sentidos, exercendo autoridade moral e econômica sobre a mulher, os filhos e empregados. Havia uma divisão de tarefas rigidamente estabelecida entre os múltiplos membros da família, divisão essa que não deixava margem a dúvidas nem conflitos pois também eram bem delimitados os direitos e deveres de cada membro da família para com todos os outros.

Essa família-modelo tinha diversas funções: fonte de estabilidade econômica, base religiosa, moral, educacional e profissional.

Os jovens eram educados para respeitar a fidelidade no casamento, e as moças deviam manter-se virgens até essa data. Uma vez casados, os filhos moravam o mais próximo possível dos pais com os quais trabalhavam herdando posteriormente as terras, o negócio comercial etc. O divórcio, a separação, era impensável pois o ideal do casamento era "unidos até que a morte os separe", fórmula de origem católica.

As pessoas menos saudosistas, as "progressistas", vêem no presente um avanço, e não uma regressão diante desse passado acima descrito. Com frequência reconhecem também a existência desse estereótipo, mas descrevem o passado com uma conotação emocional diversa. Dizem que progredimos, pois passamos do poder arbitrário dos mais velhos para uma liberdade maior para os jovens; de casamentos convencionais resultantes de interesses, de alianças, para uniões baseadas numa escolha afetiva; de barreiras de classe e raça para um sistema mais aberto de relacionamento interpessoal; da submissão das mulheres a uma relação de maior companheirismo na busca de uma relação mais igualitária; da repressão das emoções das crianças para a compreensão dos impulsos infantis.

O mito da "grande família unida e de sólidos princípios", de antigamente, é, como a maioria dos estereótipos, fruto de valores idealistas. Quando nos aprofundamos no conhecimento da História social do país, verificamos que houve um número mínimo desses exemplos de família "tradicional".

Poucas são as famílias que se mantiveram reunidas por muitas gerações ou englobando um parentesco extenso de múltiplos graus. A maioria das casas eram pequenas. Se hoje em dia vemos ainda um certo número de casas antigas muito grandes, é porque essas casas foram provavelmente mais bem construídas, resistindo assim ao tempo.

É verdade que o divórcio não existia, mas não temos nenhuma prova de que a união dos casais era perene, senão peias aparências que mantinham. | Na geração passada de nossos avós, eles já se referiam por sua vez a uma época anterior à deles onde a vida familiar teria sido ainda melhor e os indivíduos mais responsáveis.

Qual a realidade familiar no Brasil?

Não varia muito de uma camada social para outra o IDEAL referente à família, aos laços que aí são valorizados (amor entre o casal, compreensão e amizade entre pais e filhos), ao comportamento esperado entre seus membros (responsabilidade econômica do marido, infra-estrutura doméstica e afetiva pela mulher, obediência às diretivas paternas), e à expectativa dos papéis sociais que deverão ser cumpridos por cada um. Porém há diferenças concretas-entre as famílias de diversas classes sociais. Por exemplo: a premência econômica impele as classes baixas a uma grande mobilidade geográfica. Também entre as novas gerações a migração elevada é uma característica de maior parte do nosso país entre o interior e as capitais. O jovem (a moça) deixa seus pais e vai estudar numa cidade maior. Isso aumenta a importância dos laços decorrentes de uma mesma origem geográfica, reforçados ainda por relações de parentesco, mesmo distantes.

Os laços de solidariedade, a expectativa de apoio recíproco, os sistemas de obrigação e de lealdade, ligam em grandes blocos os originários de uma mesma região ou estado. Não são os descendentes da mesma família que ocupam um conjunto habitacional, mas os grupos de "paraíbas", ou de "baianos", "nordestinos", etc. que aí se sucedem.

Entre o proletariado, encontramos muitas famílias nucleares em que o casal não é unido por laços legais, assim como encontramos também um grande número de famílias chefiadas por mulheres, não somente em virtude da ausência do marido (mães solteiras, separação, viuvez) mas também porque em certos meios é frequente que a mulher trabalhe e assuma as responsabilidades materiais do lar e da família. Ao contrário dc que se imagina através de idealizações, as mulheres chefes de família são comumente encontradas em pequenos povoados, nas regiões suburbanas e, embora em menor escala, representadas também em todas as classes urbanas.

Na classe média, a família tende a ser nuclear e, ainda, mergulhada numa vasta rede de parentesco.

Na classe alta a família se mantém ainda numa forma mais "extensa" que nas outras. E patriarca quem detém o controle dos meios de produção, do patrimônio e da renda familiar e sua autoridade á predominante e, na maioria das vezes, indiscutível.

No entanto, em todas as classes, segue-se, ainda que de modo relativo, os padrões patriarcais da família de ciasse alta.

O chamado complexo de virgindade-virilidade marca as posições diferentes da mulher e do homem na organização familiar: ao homem são permitidas e valorizadas as aventuras e a infidelidade conjugal; já a mulher (tanto antes quanto depois do casamento) deve manter uma atitude de recato e pudor, isso significa um duplo padrão de comportamento. A valorização e o significado desse padrão implicam a existência de uma subordinação específica da mulher em relação ao homem que é reforçada pela cultura patriarcal.

Os parentes têm a função de preservar as relações primárias, tornando-as assim um valor cultural fundamental para o indivíduo, o que garante seu entrosamento social em moldes tradicionais. Pode-se dizer que vivemos ainda numa sociedade de primos e não numa sociedade de cidadãos, isto é, obtemos ainda maiores vantagens através dos parentes do que da sociedade. As alianças, as lealdades, criam-se e são desenvolvidas entre parentes consanguíneos, ou por afinidade e escolha (compadrio) ou união.

O parentesco se compõe tanto dos descendentes de linha materna como paterna. O aumento da importância dos parentes corresponde a uma diminuição do poder patriarcal. Um jovem pode encontrar no "tio que emigrou para a cidade grande" a orientação, o apoio que só seu pai lhe daria noutros tempos. Sem, com isso, infringir regras de lealdade familiares.

Normas do Direito Civil Brasileiro relativas à família

O Código Civil Brasileiro dita as leis sobre a Família, sobre proibições de uniões matrimoniais entre parentes; sobre os papéis do marido e da esposa na sociedade conjugal; sobre o sistema de filiação, adoção etc., de herança e parentesco.

Isto não garante que as leis sejam um espelho da realidade. Em geral, ao contrário, as normas do Direito, particularmente no caso daquelas que atingem a família, vão se ajustando à medida que os costumes se modificam.

Um exemplo recente e significativo foi o que se deu com relação à indissolubilidade do matrimônio. Havia a separação legal, o desquite, mas este não dava direito a um novo casamento. Para contornar o fato real, isto é, as múltiplas uniões de casais que se realizavam fora das leis vigentes no Brasil, criou-se uma legislação da "companheira". Essa tornou-se necessária pelos problemas decorrentes dos filhos nascidos dessas uniões, das esposas que necessitavam, de proteção econômica etc. Hoje, com a lei do divórcio, estes conflitos foram sanados. Criou-se também hoje um novo consenso em relação ao regime de bens entre os cônjuges, para adequar a uma nova realidade que é a da grande instabilidade atual dos casamentos, que só tende a aumentar.

Em realidade, cada família recorre aos subterfúgios que lhe convenham para manter uma aparência conforme aos modelos socialmente valorizados. Por trás desta aparência existe a adequação às motivações e necessidades de cada indivíduo.

Citamos como exemplo um caso ocorrido antes da existência do divórcio. Um casal adotou legalmente como filha a companheira do filho (desquitado). Visaram com esta medida permitir que a nora, usando o mesmo sobrenome do marido, aparentasse um casamento convencional.

Nas camadas menos favorecidas, essas exigências existem também, mas em muito menor escala. Mantém-se, no entanto, como eventual garantia de ascensão social. Dada a falta de recursos (econômicos, de advogados, de informação etc.), o recurso a subterfúgios é mais difícil.

No entanto, conhecemos várias ocasiões em que o mesmo se dá. Exemplo clássico é a gravidez em menores, decorrente de estupro ou de relações sexuais incestuosas, quando é frequente a avó do recém-nascido integrá-lo como seu próprio filho a fim de manter a "aparência" de um lar bem estruturado.

As mulheres evitam recorrer à Justiça quando brutalizadas pelos maridos, e isso em todas as classes sociais, com esse mesmo objetivo, o de resguardar a imagem de uma família "feliz".

Retornando no entanto às leis ditadas pelo Código Civil, constatamos que no Brasil são ilegais os casamentos com ascendentes diretos em todos os graus e com colaterais de primeiro grau (art. 183). Ainda segundo nosso Código, o marido é considerado o chefe da sociedade conjugal, exercendo sua função em colaboração com a esposa. Ele representa legalmente a família, administrando seus bens comuns e fixando o domicílio (art. 233), deve prover a manutenção da família (art. 234), mas não pode dispor dos bens comuns sem o consentimento da esposa (art. 235 e 239), o que limita sua autoridade econômica legal. Essa limitação é compensada porém pela autoridade moral e psicológica que a sociedade lhe atribui. Por isso mesmo a grande maioria das mulheres casadas assina sem ler e às vezes nem sequer compreender todo e qualquer documento que o marido lhe apresenta. Este, aliás, costuma ressentir como falta de confiança da mesma nele qualquer pedido de explicação sobre os documentos que deve assinar. Com o casamento ainda, a mulher assume geralmente o sobrenome do marido apesar de a lei dar-lhe a faculdade de não fazê-lo (art. 240).

Já a mulher não pode dispor dos bens sem o consentimento do marido (art. 241 a 246). E pelo art. 247 presume-se que tenha autorização do marido para comprar, ainda que a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica, para obter empréstimo, para contrair obrigações concernentes à indústria ou à profissão. Como considera-se ainda, segundo o art. 248, sempre autorizada pelo marido para exercer cargo público, ou se por mais de seis meses se entregar à profissão fora do lar conjugal.

Nesses dois últimos artigos a lei se mostra bem ambígua, pois ao mesmo tempo em que concede um direito à mulher, possibilita ao marido exercer seu domínio podendo impedi-la no exercício de uma profissão ou mesmo no ato de comprar, por exemplo.

De acordo com o art. 249, compete ainda à mulher a administração dos bens do casal quando o marido estiver em lugar remoto ou desconhecido e ainda (art. 250 a 252) quando estiver preso ou judicialmente impossibilitado.

Assim, pela legislação, a mulher é subordinada ao homem: esta subordinação não é total, principalmente do ponto de vista econômico, embora limitada pelo individualismo e subjetividade de cada marido. Os elos de sangue são reconhecidos até o sexto grau. Há equiparação entre os filhos legítimos e legitimados (art. 382). A herança é dividida igualmente entre homens e mulheres, e para efeito de herança reconhecem-se os primos até terceiro grau (art. 1603 e 1619).

Resumindo: as normas de parentesco no Brasil favorecem o casamento consanguíneo; subordinam a mulher ao homem; reconhecem o parentesco entre grande número de indivíduos.'

A família indígena brasileira

Como já dissemos, existem no Brasil vários tipos de famílias cujas normas não são reguladas pelo nosso sistema jurídico. São as famílias indígenas. Elas coexistem conosco e fazem parte da realidade nacional, mas são somente codificadas por usos e costumes que variam de um grupo indígena para outro e que também evoluem em suas formas através dos tempos.

Essas famílias também seguem normas e regras precisas que estabelecem suas prioridades, princípios e funções, incluindo punições aos infratores.

As famílias indígenas não estão submetidas às mesmas leis que os cidadãos brasileiros, escapando portanto ao alcance da nossa Constituição bem como ao Código Civil.

Os contatos com as diversas culturas brasileiras refletem-se a cada passo em seus costumes. Também entre os indígenas, os jovens são acusados pelos mais idosos de ser menos respeitosos, hoje em dia, às tradições de seus pais. Obedecem menos, usufruem de maior liberdade, desrespeitam a moral sexual tradicional etc.

A nosso ver, uma das razões do interesse da análise do sistema de famílias indígenas reside na observação de como evoluem suas estruturas e em quais direções, bem como nas possibilidades ou não de uma integração aos usos e costumes da população branca.

Existem no país inúmeras populações indígenas, com uma grande diversificação em suas estruturas sociais e econômicas.

Podemos ainda acrescentar que tem-se verificado entre diversos grupos indígenas uma gradual transformação em seus sistemas familiares em famílias nucleares. Isto se dá cada vez com mais frequência quando o indígena é atraído pelos diversos trabalhos que surgem em sua área, como o garimpo por exemplo. Pouco a pouco vem buscar mulher e filhos para viver só com ele numa casa individualizada perto do seu local de trabalho, afastando-se assim de sua aldeia e criando novos hábitos de consumo. Modificam-se em conseqüência padrões familiares. O pai passa a ser a única fonte de subsistência e, uma vez modificados seus costumes tribais, o retorno será cada vez mais difícil, aumentando o número dos que se instalam na periferia das cidades dos "brancos".

A família negra brasileira

A família negra brasileira contemporânea não apresenta características específicas que a distingam das famílias brancas, segundo os diferentes extratos sociais.

Entretanto, em passado não muito remoto e sobretudo nos núcleos negros rurais e litorâneos, destacava-se, e encontramos ainda, a família matrifocal extensa.

Essa família, segundo alguns autores, seria a sobrevivência da família africana que se caracterizaria pela troca objetiva entre as vantagens econômicas oferecidas pelos homens e os serviços sexuais prestados pelas mulheres, além de conferir aos homens o direito de propriedade sobre a prole.

Neste tipo de família haveria também uma certa proeminência da poliginia, que significa a relação de um homem com várias mulheres, embora fora do casamento, o que a distinguiria da poligamia (onde um homem tem várias esposas legalmente).

Outros autores, ainda, afirmam que o aparecimento de uma família negra, com características patriarcais como a maioria das famílias, destacava-se pela matrifocalidade e por um poder econômico acentuado por parte da mulher adulta. Ainda segundo os mesmos autores, tal situação seria o resultado de três fatores conjugados:

a) na época da escravidão, esta teria separado as mulheres e os homens negros (já que os contratos do tráfego proibiam a inclusão de mais de 1/3 de mulheres em cada lote de escravos);

b) os senhores aproveitavam de seu poder para exercer uma exploração sexual sobre as escravas de sua propriedade, seja em uso próprio ou de seus amigos, seja explorando-as indiretamente através da prostituição nas ruas;

c) devido à apropriação pelos donos de escravos da prole das mulheres negras.

Por ocasião da libertação parcial, muitos escravos homens dirigiram-se para os centros urbanos procurando exercer aí alguma profissão de artesão, enquanto as mulheres continuavam nas fazendas e eles acabavam por constituir novos núcleos familiares.

Por outro lado, como os negros livres mantinham relações com as mulheres escravas, isso teria criado uma possível "tradição" de poliginia que teria reforçado e multiplicado a formação e a tradição das famílias matrifocais entre os negros (isto é, famílias que se constituem ao redor de uma mulher e seus filhos e netos).

Tais famílias constituiriam uma forma de organização bastante funcional, já que se constituíam na única garantia de subsistência e de sobrevivência das crianças e dos velhos, como veremos mais adiante.

Para Roger Bastide: "é indubitável que a “família negra urbana seja o produto de um duplo processo de desagregação dos modelos africanos; o primeiro remontando à promiscuidade sexual da escravidão e o segundo à debandada que se seguiu à emancipação e que levou o negro a viver nas cidades longe do controle de qualquer grupo social".

Mas a existência dessas famílias negras matrifocais extensas não seria o resultado de uma "desorganização social" como se poderia crer numa primeira análise, salvo se admitirmos que a família nuclear e patriarcal (modelo das classes dominantes) seja o único modelo válido.

Embora haja uma tendência generalizada em considerar a família dita incompleta como indício dessa "desorganização social", a realidade é que ela também pode ser vista e compreendida como um modelo cultural em certos meios sociais e em certas épocas.

Estas famílias correspondem na realidade a organizações bastante funcionais dentro de determinados contextos, como por exemplo, e atualmente, o dos meios pobres e rurais ou litorâneos e o do sub-proletariado urbano em que a noção do casamento legal e/ou religioso não é um valor em si, mas representa um valor de classe e uma possibilidade de ascensão social.

Nos países do Terceiro Mundo, também chamados de países subdesenvolvidos ou ainda "em vias de desenvolvimento", predomina o desemprego e a instabilidade masculina (geográfica, afetiva e sexual).

Nesse contexto as famílias matrifocais funcionam como espécies de cooperativas entre seus membros, ou "rede de ajuda mútua", capaz, bem ou mal, de remediara ausência de responsabilidade familiar dos homens e de atenuar também as deficiências da infra-estrutura social do sistema capitalista.

No entanto os lares matrifocais têm via de regra um nível de vida econômico forçosamente inferior ao das famílias nucleares, visto que nos primeiros são as mulheres as verdadeiras chefes de família. Elas não só ganham salários inferiores aos masculinos como também têm menores possibilidades e menor capacitação profissional ou acesso a carreiras, além de nesses lares pouco ou nada se contar com a participação econômica masculina. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, as uniões consensuais que dão origem aos núcleos matrifocais seriam um gênero de união constituindo uma "poligamia sucessiva", onde a mãe é a referência e o sustento principal.

Revendo certos conceitos, tais como os de marginalidade, de norma e de desorganização social, poderemos entender melhor o sentido das famílias matrifocais.

Sempre, segundo Roger Bastide, pode-se falar em "marginalidade cultural quando indivíduos ou grupos possuem uma herança cultural dupla e não aderem a nenhuma das duas", o que seria tipicamente o caso dos negros que, tendo assimilado pela retransmissão oral usos, costumes e crenças dos escravos seus antepassados, tiveram de adquirir em seguida e empregar paralelamente usos, crenças e costumes de uma sociedade branca, ocidental e dominante na qual estavam inseridos.

Por isso, afirma-se com frequência que qualquer tipo de família fora do modelo nuclear seria "anormal", visto ser ele o modelo majoritário, valorizado e dominante em nossa sociedade,

Isso porém não nos permite afirmar que a família matrifocal extensa corresponda a uma "desorganização social", pois tal organização ainda que minoritária possui funções específicas, sendo fruto de numerosos fatores como vimos anteriormente.

Um grupo mais extenso que a família nuclear tem por papel não só compensar a instabilidade do marido ou concubino, conforme já mencionamos, como também permitir o estabelecimento de uma ordem ilegítima sem perigo de destruir a organização social e econômica de um grupo ou de uma localidade. ► Para vários autores, a família negra é uma instituição derivada, estabelecida sob a forma de cooperativa econômica na qual entram, em certas épocas da vida, aqueles que já não podem mais atender suas necessidades.

Assim, é aí que virão se refugiar os homens em caso de desemprego, doença ou aposentadoria; é aí onde os filhos naturais encontrarão abrigo e alimento, e é aí ainda onde as mulheres mais jovens poderão encontrar o apoio e a solidariedade do grupo familiar feminino ao estabelecerem suas primeiras uniões consensuais.

Assim como podemos encontrar famílias negras na burguesia brasileira vivendo uma estrutura nuclear tradicional, pois quanto mais se identificam com os valores da classe dominante mais assumem seus padrões de comportamento, encontramos o tipo de família matrifocal entre a população negra.

Afirmar entretanto que somente as famílias negras são matrifocais e extensas, ou que todas elas o são, seria um erro, pois no seio de grupos não-negros onde a pobreza é similar e onde o impacto da economia dominante cria a falta de oportunidades de emprego e de carreira para homens e mulheres encontraremos as mesmas estruturas familiares com uma tipologia comparativa à dos grupos negros mencionados.

CONCLUSÃO

A mudança - em questões sobre a família, como em todos os outros campos humanos - impõe-se aos homens de hoje. "Podemos preferir um futuro a outro, mas não podemos perpetuar o passado", diz um autor.

É preciso reconhecer, no entanto, que a família parece-nos uma instituição bem mais estável do que muitas outras. Não evolui no mesmo ritmo, a mudança é muito mais lenta em suas formas.

A evolução não pode, sociologicamente, ser evitada, mas os atores sociais podem orientá-la. Nesse caso, os homens e as mulheres poderiam tentar satisfazer da melhor forma, em novos modelos familiares, suas permanentes necessidades de afeto, de comunicação e união entre os sexos e as gerações.

Os valores da felicidade e do desenvolvimento do indivíduo, seja qual for sua idade, sexo, raça ou status sócio profissional, devem se substituir aos valores de expansão industrial a qualquer preço, da produção e do consumo de bens supérfluos. A família nuclear, isolada entre as quatro paredes de um apartamento urbano, é um esquema funcional que atende aos interesses da sociedade industrial, seja de leste ou oeste do mundo. Sua rígida divisão de tarefas entre marido e mulher, sua facilidade de locomoção acompanhando as mudanças geográficas das empresas nas quais o chefe de família é assalariado, sua alienação da problemática social, sua motivação única e exclusivamente dirigida pelos meios de comunicação para o consumo, constitui uma estrutura ideal para ser manipulada em todos os níveis, do operário manual ao diretor presidente da empresa, nos interesses de um poder central.

Pensamos portanto ser preciso evitar atitudes e soluções muito dogmáticas e normativas, a fim de que as aspirações dos indivíduos possam eventualmente ser vividas e institucionalizadas de novas maneiras, já que as formas antigas não mais permitem a satisfação dessas aspirações.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

BLAY, Eva Alterman: Trabalho, família e classes sociais em São Paulo. R. INsr. Est. Bras. São Paulo (13):87-99, 1972 Fundação Carlos Chagas.

DURHAN, Eunice: A caminho da cidade; a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1973 (Debates, 77).

WOORTMANN, Klaas -- Grupo doméstico e parentesco num vale da Amazônia. R. Mus. Paul., São Paulo, 17:209-377, 1967.

MICHEL, Andrée - Sociologie de la famille et du mariage - Presses Universidade. de France, 1972 Paris, França.

PRADO, D., FIGUEIREDO, M., NEVES, A. - A estrutura familiar na opressão feminina - Cadernos de Debate - Ed. Brasiliense n° 6 - 1980 - São Paulo.

FUKUI, L. - Sertão e Bairro Rural - Col. Ensaios 58, Ed. Ática, São Paulo.

AUTORES CITADOS

1. Michel, A. La sociologie de la famille et du mariage, PUF, Paris, 1972.

2. Shorter, E. Naissance de la famille moderne. Seuil, Paris, 1978.

3. Schmukler, B. La mujer y la familia en la reproducción de la pequeña burguesía, Centro de estudios de Estado y Sociedad, CEDES. Este capítulo é o resumo desta pesquisa.

4. Engels, F. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. Ed. Civilização Brasileira.

5. Freire, G. Casa Grande e Senzala.

6. Fukui, L. Sertão e Bairro rural, Col. Ensaios 58, Ed. Ática, São Paulo.

7. Figueiredo, M. "O papei socioeconômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia", Caderno de Debates n° 6, Ed. Brasiliense.

8. Reichel Dolmatoff, I. "Aspects de la vie de la femme noire dans le passé et de nos jours en Colombie" in Bastide.

9. Bastide, R. La femme de couleur en Amérique Latine, Ed. Anthropos, Paris, 1974.

OBRAS DE DANDA PRADO SOBRE A Família

Ser esposa, a mais antiga profissão, Ed. Brasiliense. Cícera, um destino de mulher, Ed. Brasiliense. "Ser pai é um fato biológico ou social?" in Caderno de Debates n? 6, Ed. Brasiliense.

Biografia

A leitura do Deuxième Sexe, de Simone de Beauvoir, foi para Danda Prado uma tábua de salvação. Suas percepções foram justificadas por personalidades que adquiriram autoridade no seio dos que contestam o colonialismo e o imperialismo e que, ao mesmo tempo, contestavam a opressão das mulheres.

Todas as tentativas de discussão sobre as contradições vividas por ela como mulher eram taxadas de reacionárias pelos de esquerda e de comunistas pelos de direita.

Após terminar o curso de Pedagogia e o de pós-graduação em Psicologia na Universidade de São Paulo, desquitada com três filhos, quis voltar à Psicologia. Inscreveu-se na Universidade de Columbia em Nova Iorque em 1967.

A experiência mais extraordinária que teve nos EUA foi o contato com uma clientela preta do Harlem. Não tinha nenhuma experiência do problema negro visto internamente. Isso lhe permitiu compreender como funciona o determinismo social não somente em relação à origem de classe de cada um, mas também em relação à cor da pele.

Foi para a França em 1970 e, preparando um doutorado, aprofundou suas reflexões sobre os condicionamentos da mulher, de forma mais estruturada. Defendeu sua tese sobre esse tema em 1977, na Universidade de Paris VII. Encarou todos os comportamentos considerados femininos como o resultado de um condicionamento socialmente determinado.